

RENATA CRISTINA SANTOS DO VALLE

SER OU ESTAR COOPERADO: FICÇÃO OU REALIDADE?

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)

MESTRADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS

2008

RENATA CRISTINA SANTOS DO VALLE

SER OU ESTAR COOPERADO: FICÇÃO OU REALIDADE?

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Psicologia da Universidade Católica Dom Bosco, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia, área de concentração: Psicologia da Saúde, sob a orientação do Profa. Dra. Sonia Grubits.

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO (UCDB)

MESTRADO EM PSICOLOGIA

CAMPO GRANDE-MS

2008

Ficha Catalográfica

Valle, Renata Cristina Santos do
V181s Ser ou Estar cooperado: ficção ou realidade? / Renata Cristina Santos do Valle; orientação, Sonia Grubits. 2008.
97 f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica Dom Bosco. Programa de Mestrado em Psicologia, 2008.
Inclui bibliografias

1. Cooperativismo – Aspectos sociais 2. Psicologia social 3. Relações humanas I. Grubits, Sonia. II. Título

CDD-302

Bibliotecária responsável: Clélia T. Nakahata Bezerra CRB 1/757.

A dissertação apresentada por RENATA CRISTINA SANTOS DO VALLE, intitulada “SER OU ESTAR COOPERADO: FICÇÃO OU REALIDADE?”, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em PSICOLOGIA à Banca Examinadora da Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), foi

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Sonia Grubits (orientadora/UCDB)

Prof. Dr. Jefferson de Souza Bernardes (UFAL)

Profa. Dra. Heloisa Bruna Grubits Freire (UCDB)

Profa. Dra. Lucy Nunes Ratier Martins (UCDB)

Dedico aos participantes da pesquisa que prontamente se dispuseram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À inspiração Divina que iluminou a caminhada percorrida...

À professora Sonia Grubits por me ensinar que o caminho da pesquisa é solitário, porém belo;

À Organização das Cooperativas Brasileiras de Mato Grosso do Sul, pela receptividade e colaboração na disponibilização de materiais;

Ao carinho e apoio do amigo e companheiro de grandes jornadas: Marcelo;

Aos amigos Gilberto e Clarice pelo incentivo, troca de idéias e empréstimos de materiais;

À amiga e irmã Lara que contribuiu com sua preciosa criatividade durante a gestão do trabalho: da concepção do tema à escolha do título;

À Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal/Fundação Manoel de Barros, pelo auxílio recebido.

A maior solidão é a do ser que não ama. A maior solidão é a dor do ser que se ausenta, que se defende, que se fecha, que se recusa a participar da vida humana.

A maior solidão é a do homem encerrado em si mesmo, no absoluto de si mesmo, o que não dá a quem pede o que ele pode dar de amor, de amizade, de socorro.

O maior solitário é o que tem medo de amar, o que tem medo de ferir e ferir-se, o ser casto da mulher, do amigo, do povo, do mundo. Esse queima como uma lâmpada triste, cujo reflexo entristece também tudo em torno. Ele é a angústia do mundo que o reflete. Ele é o que se recusa às verdadeiras fontes de emoção, as que são o patrimônio de todos, e, encerrado em seu duro privilégio, semeia pedras do alto de sua fria e desolada torre.

Vinicius de Moraes (1913-1980)

RESUMO

As associações de micro e pequenas empresas, assim como outras formas associativas, entre as quais as cooperativas, vêm sendo consideradas como alternativa viável na atual conjuntura do país, devido a sua peculiaridade maior que é a força do conjunto que opera nas mais diversas áreas e atividades de conhecimento humano e na vida das pessoas. Esse sistema de associativismo fundamentado na reunião de pessoas, o empreendimento comum realizado — em qualquer ramo de atividade — visa às necessidades do grupo e não somente ao lucro, assim como à busca pela prosperidade conjunta, e não individual. Instigada em entender sobre o relacionamento dos cooperados com a sua respectiva cooperativa, buscou-se analisar os componentes existentes neste processo de agrupamento que vem crescendo a cada dia, de maneira expressiva, alcançando os mais diversos setores da atividade econômica e social, cobrindo todo o território nacional. O presente trabalho propõe investigar o funcionamento de cooperados de três ramos de cooperativa, suas formas de relacionamento interpessoal e, assim, construir uma análise da efetividade desta relação do cooperado com a cooperativa. Para investigar os objetivos propostos, utilizou-se da metodologia qualitativa. Foram escolhidos para participar dessa pesquisa seis cooperados, dois de cada cooperativa, sendo cinco homens e uma mulher, entre 36 e 67 anos, cinco com nível superior e um participante não quis mencionar a idade e escolaridade. O contato com os participantes foi por meio da Organização das Cooperativas do Brasil, região de Mato Grosso do Sul, órgão responsável pelas cooperativas do Estado. As cooperativas são do município de Campo Grande, MS, dos ramos de crédito, saúde e agropecuária. Utilizou-se a entrevista semi-estruturada, com um roteiro de perguntas abertas, permitindo dessa forma, que o entrevistado se expressasse livremente dentro do roteiro previamente organizado, mas também consentindo, se necessário, a inclusão de temas que fossem demandados pelos participantes. A análise dos dados se deu após a transcrição das entrevistas gravadas, releitura do material, organização dos relatos e dos dados observados além dos relatos. As análises apontam duas categorias denominadas: ‘cooperado-cooperador’ e o ‘cooperado-participante’ que representam, respectivamente, a concepção de cooperativismo para os cooperados na sociedade contemporânea: a vivência e a prática dos aspectos doutrinários do cooperativismo ou a proteção contra o mercado capitalista, uma questão econômica e política.

Palavras-chave: Cooperativismo. Grupo. Indivíduo.

ABSTRACT

The associations of micro and small companies, as well as other associative forms, among them the cooperatives, have been considered as a viable alternative in the current conjuncture of the country, due to its greatest peculiarity which is the force of the group that operates in the most diverse areas and activities of human knowledge and in people's lives. This system of associativism based people meeting, where the executed common undertaking — in any area of activity — not only aims to the necessities of the group and profit, as well as the search for combined and not individual prosperity. Instigated in understanding on the relationship of the cooperated ones with its respective cooperative, it was targeted the analysis of the existing components in this process of grouping which comes growing each day in an expressive way, reaching the most diverse sectors of the economic and social activity, being all over the National territory. The present work considers to investigate the functioning of cooperated ones of three cooperative branches, its forms of interpersonal relationship and, thus, constructing an analysis of the effectiveness in this relation of the cooperated one and the cooperative. To investigate the considered objectives, qualitative approach was used. To participate in this research, six cooperated were chosen, two of each cooperative, being five men and one woman, between 36 and 67 years old, five with graduation degree and one participant with elementary degree. The contact with the participants was through the Organization of Cooperatives of Brazil (OCB), in the region of *Mato Grosso do Sul*, the responsible agency for the cooperatives societies of the State. The cooperatives are from the city of *Campo Grande, MS*, from areas like credit, farming and health. It was used half-structured interview, with a script of open questions so that the interviewed one could express himself freely within the previously organized script, but also consenting, if necessary, the inclusion of subjects that were demanded by the participants. The analysis of data were made after the transcription of the recorded interviews, rereading of material, organization of stories and data observed beyond the stories. The analysis point two categories: 'cooperated-cooperator' and 'cooperated-participant' that represents, respectively, which is the conception of cooperativism to cooperated ones in the contemporary society: the experience and practice of the doctrinal aspects of the cooperativism or the protection against the capitalist market, an economical and political issue.

Key-words: Cooperativism. Group. Individual.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - Modalidades de organizações.....	27
QUADRO 2 - Diferença entre empresa cooperativa e empresa mercantil	27
QUADRO 3 - Distinção entre Capitalismo, Socialismo e Comunismo no que se refere aos meios de produção e bens de consumo	35
QUADRO 4 - Perfil dos participantes	52

LISTA DE SIGLAS

ACI	– Aliança Cooperativa Internacional
CEASA-MS	– Central de Abastecimento de Mato Grosso do Sul
CFP	– Conselho Federal de Psicologia
CNS	– Conselho Nacional de Saúde
CONEP	– Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa
COOP-GRANDE	– Cooperativa Agrícola de Campo Grande Ltda.
COPEMA	– Federação de Produtores de Mate Amambai Ltda.
COTRIJUI	– Cooperativa Agropecuária & Industrial
COTRISA	– Cooperativa Triticola Regional Santo Ângelo Ltda.
GEOR	– Gestão Estratégica Orientada para Resultados
OCA	– Organização das Cooperativas da América
OCB	– Organização das Cooperativas Brasileiras
OCB-MS	– Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul
OCE	– Organizações das Cooperativas Estaduais
PIB	– Produto Interno Bruto
PNUD	– Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
SEBRAE	– Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SESCOOP	– Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo
UNICEF	– Fundo das Nações Unidas para a Infância

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 O PERCURSO HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO	18
2.1 O COOPERATIVISMO NO BRASIL.....	20
2.2 O COOPERATIVISMO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL.....	21
2.3 O PROCESSO SOCIAL DO COOPERATIVISMO	22
2.4 COOPERATIVISMO: CONCEITO, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA.....	24
3 CALEIDOSCÓPIO DE BASES TEÓRICAS	32
3.1 O ENFOQUE SOCIOLÓGICO	33
3.2 CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA.....	38
3.3 UMA METÁFORA: O TECER DA REDE.....	40
3.4 A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS	43
4 OBJETIVOS	47
4.1 OBJETIVO GERAL	48
4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	48
5 MÉTODO	49
5.1 LOCAL DA PESQUISA.....	50
5.2 PARTICIPANTES	51
5.3 INSTRUMENTO	53
5.4 ANÁLISE DOS DADOS	54
5.5 PROCEDIMENTO.....	55
5.6 ASPECTOS ÉTICOS.....	56
6 RESULTADOS E DISCUSSÃO	57
6.1 SOBRE A CONCEPÇÃO DE COOPERATIVISMO	60
6.2 AFINAL, PORQUE ASSOCIAR-SE A UMA COOPERATIVA?	62

6.3 SER OU ESTAR COOPERADO: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DO COOPERATIVISMO	65
6.4 BREVES CONSIDERAÇÕES	68
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	70
REFERÊNCIAS	75
APÊNDICES	80
ANEXO.....	95

1 INTRODUÇÃO

A experiência como prestadora de serviços na área de consultoria e assessoria organizacional desde 2001 promoveu uma aproximação com algumas instituições, dentre as quais o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), cujo propósito é trabalhar de forma estratégica, inovadora e pragmática para fazer com que o universo dos pequenos negócios no Brasil tenha as melhores condições possíveis para uma evolução sustentável, contribuindo assim para o desenvolvimento do país como um todo, por meio do apoio às micro e pequenas empresas e participar no desenvolvimento e progresso destas e, conseqüentemente, da região. O SEBRAE foi criado pelas Leis n. 8.029, de 12 de abril de 1990, e n. 8.154, de 28 de dezembro de 1990, e regulamentado pelo Decreto n. 99.570, de 9 de outubro de 1990 (BRASIL, 1990a, 1990b, 1990c).

É uma entidade empresarial voltada para atender ao segmento privado, embora desempenhe função pública e tenha sempre em consideração as necessidades do desenvolvimento econômico e social do País.

Em meados de 2003, iniciou-se a participação desta pesquisadora na Gestão Estratégica Orientada para Resultados (GEOR), a qual se refere a uma metodologia de elaboração e gestão de projetos adotada pelo SEBRAE, visando transformar intenções em resultados concretos, materializar uma iniciativa singular, mobilizar e articular recursos públicos e privados, além de apoiar um processo intenso de gestão. Essa metodologia é uma tendência mundial, e organismos internacionais (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF, Banco Mundial) e agências públicas no Canadá, Austrália, Reino Unido e Estados Unidos da América, entre outros, estão adotando essa metodologia em busca de resultados mais eficientes.

Por meio da participação de programas específicos que se utilizavam da metodologia GEOR, teve-se a oportunidade de conhecer alguns segmentos, como o de bares e restaurantes, metal mecânico, comércio varejista e artesanato. O programa contava com vários módulos que procuravam atender a demanda dos respectivos segmentos e classificavam-se da seguinte forma: cursos para aprimoramento das competências técnicas – identificação de custos dos produtos, confecção de cardápios, normas de higiene na preparação de alimentos, entre outros; e cursos para aprimoramento das competências interpessoais – desenvolvimento interpessoal, aspectos motivacionais do grupo. Nesse último, que se referia ao desenvolvimento interpessoal entre os empresários envolvidos no Programa, houve a

oportunidade de um acompanhamento por três anos. As reuniões aconteciam mensalmente, sendo as primeiras com duração de 16 horas distribuídas em dois dias com o objetivo de o grupo se conhecer melhor, e as reuniões posteriores com duração de quatro horas. O objetivo maior desse módulo era promover um espaço para que os empresários pudessem compartilhar suas experiências pessoais e profissionais e com isso estreitar os vínculos e fortalecer a identidade do grupo como segmento.

Simultaneamente, a pesquisadora acompanhava grupos de segmentos e programas diferentes, sendo possível se identificar com clareza as peculiaridades de cada grupo. Os questionamentos que surgiram à medida que o trabalho se desenvolvia diziam sobre os fatores que determinam o sucesso ou o fracasso de uma forma de agrupamento, seja associações, cooperativas, seja sindicatos.

Baseada nessa experiência, a busca foi inevitável; daí a necessidade de transformar as percepções da referida experiência em objeto de pesquisa. Instigada em entender sobre o relacionamento de cooperados com sua respectiva cooperativa, buscou-se analisar os componentes existentes neste processo de agrupamento que vem crescendo a cada dia, de maneira expressiva, alcançando os mais diversos setores da atividade econômica e social, cobrindo todo o território nacional.

As associações de micro e pequenas empresas, assim como outras formas associativas, entre as quais as cooperativas, vêm sendo consideradas como alternativa viável na atual conjuntura do país, devido a sua peculiaridade maior que é a força do conjunto que opera nas mais diversas áreas e atividades de conhecimento humano e na vida das pessoas. De acordo com Mead (1972 apud HAGUETTE, 2003, p. 27), “[...] toda atividade grupal se baseia no comportamento cooperativo”.

Esse sistema de associativismo fundamentado na reunião de pessoas, o empreendimento comum realizado – em qualquer ramo de atividade – visa às necessidades do grupo e não somente ao lucro, assim como à busca pela prosperidade conjunta, e não individual. Baseando-se nesses aspectos entre o funcionamento individual e o funcionamento coletivo, percebeu-se a necessidade de uma investigação sobre o funcionamento de cooperados pertencentes a diferentes segmentos.

Desse modo, observou-se a relevância deste estudo que teve como proposta a investigação do cooperado, levando em consideração que nem sempre os interesses

individuais são consonantes com os interesses do grupo, sendo, portanto, salutar a compreensão desta inter-relação indivíduo-grupo.

A preocupação com os significados da existência humana, seja individual, seja coletiva, existe há muito tempo, mais precisamente desde que o ser humano se percebeu como um “ser pensante” (*homo sapiens*). Buscaram-se, então, vários caminhos para explicar os componentes que cercam a existência do ser humano, e diferentes meios foram empregados com o objetivo de alcançar o almejado conhecimento da realidade, entre os quais estão a religião, a filosofia, a arte, a ciência.

Esta última é considerada a marca registrada da sociedade ocidental e, segundo Minayo (1994), possui uma linguagem peculiar estabelecida pelos cientistas, fundamentada em conceitos, métodos e técnicas, sendo a pesquisa a atividade principal da ciência na sua investigação da realidade, aproximando pensamento e ação.

Nas Ciências Sociais, respeitam-se os princípios da cientificidade (articulação de conceitos, métodos e técnicas) considerando sua característica dinâmica, transitória e específica, por ser o seu objeto de estudo a realidade humana vivida socialmente. Minayo (1994, p. 14) destaca que o objeto da pesquisa social é essencialmente qualitativo, pois

[...] lida com seres humanos que, por razões culturais, de classe, de faixa etária, ou por qualquer outro motivo, têm um substrato comum de identidade com o investigador, tornando-se solidariamente imbricados e comprometidos, como lembra Lévi-Strauss (1975, p. 215): “Numa ciência, onde observador é da mesma natureza que o objeto, o observador, ele mesmo, é uma parte de sua observação”.

Diante dessa ressalva, é importante considerar que a existência de uma identidade entre o sujeito e o objeto origina-se desde a escolha do problema a ser investigado. Daí o que caracteriza a abordagem qualitativa por se tratar de uma realidade de um “[...] universo de significados, motivos, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações [...]” (MINAYO, 1994, p. 22).

Assim, pode-se dizer que, além de consultas de teorias e outras pesquisas realizadas, a elaboração dos pressupostos do trabalho são formulados também a partir da intuição e criatividade do pesquisador. Nas palavras de Chizzotti (2003, p. 78) “[...] há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”.

Dessa forma, considera-se a “[...] realidade plurideterminada, diferenciada, irregular, interativa e histórica, que representa a subjetividade humana” (GONZALEZ-REY, 2002, p. 29) um fator primordial na escolha metodológica a ser abordada.

O presente trabalho está organizado em quatro partes, dispostas no seguinte formato: a primeira parte está estruturada com os referenciais teóricos compilados e apresentada em dois capítulos. No primeiro capítulo, é apresentado o histórico do cooperativismo nos níveis mundial, nacional e regional, bem como o processo social. Apresentam-se, em linhas gerais, as diversas formas de agrupamento e suas peculiaridades, diferenciando a estrutura constitutiva de uma associação, sindicato e cooperativa, bem como a empresa cooperativa de uma empresa mercantil. Neste capítulo também é exposta a classificação dos tipos de cooperativas e a organização da representação política do cooperativismo e suas instâncias. No segundo capítulo, as bases teóricas estão dispostas por meio de um fio condutor do enfoque sociológico, buscando contribuições da sociologia, psicologia sócio-histórica e a teoria das representações sociais, todas compondo um caleidoscópio teórico.

A segunda parte do trabalho aborda os objetivos do trabalho, a terceira parte, os recursos metodológicos utilizados na pesquisa, ou seja, o caminho percorrido durante o processo de investigação, a quarta parte, a apresentação dos resultados, a que se segue a discussão e a análise do material coletado.

2 O PERCURSO HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO

Segundo Pinho (1982) nos séculos XVIII e XIX, na Inglaterra e na França, considerados como o centro de irradiação da cultura ocidental, pensadores discutiram e defenderam a associação de pessoas como solução para os problemas sociais. Dentre estes, está o inglês Robert Owen (1771–1858) – considerado o pai da cooperativa moderna –, conhecido como “patrão esclarecido”, visto que, em sua fábrica de algodão, preocupava-se com a jornada de trabalho, reduzindo-a, além de oferecer moradia e escolas para os operários e de pagar salários acima da média geral. Outro, o francês Charles Fourier (1772–1837), teórico das grandes comunidades, apontava o sistema capitalista como gerador de fome e do desemprego e defendia a criação de comunidades operárias. Estes foram alguns socialistas utópicos considerados os mais importantes pensadores a teorizar sobre associação e cooperação.

De acordo com Pinho (1982, p. 23),

Foi nesse quadro intelectual, somado à realidade constituída pelo sofrimento das classes trabalhadoras ante as conseqüências do liberalismo econômico desbragado do início do século XIX, que se criou o contexto propício ao aparecimento das cooperativas: nascera, simultaneamente, da utopia e do desejo da massa trabalhadora de superar a miséria pelos seus próprios meios (auxílio-mútuo).

Em dezembro de 1844, reuniram-se 28 tecelões de Rochdale (hoje um bairro de Manchester), Inglaterra, estabeleceram normas e metas e criaram a primeira cooperativa formalmente constituída de que se têm conhecimento no mundo, a Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale.

Conciliaram e avaliaram idéias e, com o objetivo simples de sobreviver, eles entraram para a história. Reunindo poucas economias, mais precisamente 28 libras, montaram um armazém, que veio a ser a cooperativa de consumo, a qual se desenvolveu no curto período de um ano. Esse movimento foi orientado pelos princípios de igualdade, liberdade, ética, e justiça, e se tornou a alternativa viável ao novo modelo econômico que nascia no século XIX: o capitalismo (ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS, 1996).

A partir da criação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale, a idéia de cooperação ganhou novos contornos. Nascia o Cooperativismo como movimento, filosofia de vida e modelo socioeconômico, capaz de unir desenvolvimento econômico e bem-estar social, tendo a participação democrática, a solidariedade, a independência e a autonomia como referências fundamentais.

De acordo com Rios (1987, p. 25), “A história do cooperativismo na América Latina confunde-se com suas crises econômicas e políticas, reflexos de uma economia e de uma diplomacia dependentes”. Segundo o referido autor, no Brasil o movimento cooperativista caracteriza-se por sua política de controle social de intervenção estatal, devido ao modelo importado e adequado aos interesses das elites políticas e agrárias, ou seja, o aspecto conservador, citado anteriormente, sobre o cooperativismo.

2.1 O COOPERATIVISMO NO BRASIL

O cooperativismo se concretizou no Brasil, estimulado por funcionários públicos, militares, profissionais liberais e operários: Paraná (Cooperativa da Colônia Teresa Cristina, 1847), Campinas (Cooperativa de Consumo dos Empregados da Cia. Paulista, 1887), Minas Gerais (Cooperativa de Consumo dos funcionários da prefeitura de Ouro Preto, 1889), São Paulo (Associação Cooperativa dos Empregados da Companhia Telefônica Limeira, 1891), Rio de Janeiro (Cooperativa Militar de Consumo do RJ, 1894), Pernambuco (Cooperativa de Consumo de Camaragibe, 1895) e Rio Grande do Sul (Caixa Rural de Nova Petrópolis, 1902), com atividades diversificadas (PIVA, 2001).

No Rio Grande do Sul, nasceram as primeiras cooperativas de crédito fomentadas pelo padre suíço Theodor Amstadt, em meados de 1902. As cooperativas no meio rural foram criadas a partir de 1906 por imigrantes alemães, holandeses, italianos, poloneses e japoneses. É a partir de 1960 que o movimento cooperativista brasileiro ganhou força e atingiu um desenvolvimento mais efetivo, alcançando no ano de 2001 o número aproximado de cinco mil cooperativas de diversos ramos e cerca de quatro milhões e quinhentos mil cooperados (GAWLAK; RATZKE, 2001).

Hoje, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) é a entidade máxima das milhares de cooperativas existentes por todo país.

Segundo Benato (1999 apud PIVA, 2001, p. 13), “[...] o que marcou decisivamente a consolidação do cooperativismo no país, foi a promulgação do decreto nº 22.239, de 19 de dezembro de 1932, a Primeira Lei Orgânica do Cooperativismo Brasileiro”.

2.2 O COOPERATIVISMO NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL

O cooperativismo no estado de Mato Grosso do Sul tem suas origens na década de 30 com os imigrantes japoneses e com o ciclo da erva mate. Segundo Piva (2001), o dia 5 de maio de 1935 seria o marco com a constituição da Cooperativa Agrícola de Campo Grande Ltda. (COOP-GRANDE), por 152 imigrantes japoneses da região de Okinawa, cujo objetivo era o beneficiamento e comercialização de café, arroz, milho, feijão e batatinha.

Já o ciclo da erva-mate teve seu início em 1939, quando são criadas cooperativas de produtores de erva-mate nos municípios de Amambai, Dourados, Iguatemi e Ponta Porã e, como conseqüência, constituída a Federação de Produtores de Mate Amambai Ltda. (COPEMA). De acordo com Piva (2001) em 1966 houve, porém, o desmoronamento das organizações cooperativas devido à Argentina não mais comprar o mate brasileiro, o que, conseqüentemente, provocou o fechamento do mercado do mate.

O referido autor explica que o desenvolvimento e a expansão do cooperativismo só se consolidaram com a colonização do Mato Grosso do Sul por agricultores da região sul do país, os quais trouxeram consigo as cooperativas Cooperativa Agropecuária & Industrial (COTRIJUI) e Cooperativa Triticola Regional Santo Ângelo Ltda. (COTRISA). E complementa que

Atentos ao potencial que é a cooperação os produtores se organizam e criam cooperativas de eletrificação rural e de crédito rural. No meio urbano é notado esse potencial e começam a ser criadas cooperativas de trabalho, saúde, habitacional, crédito mútuo, etc. (PIVA, 2001 p. 15).

O Sindicato e Organização das Cooperativas Brasileiras no Mato Grosso do Sul (OCB-MS) é o órgão de representação do cooperativismo sul-mato-grossense; é sociedade civil sem fins lucrativos, filiada à OCB e constituída no dia 7 de junho de 1979, com a finalidade de integrar o sistema cooperativista sul-mato-grossense, promover e desenvolver o cooperativismo, bem como prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das sociedades cooperativistas e de seus integrantes. No MS são 88 cooperativas, distribuídas por diversos segmentos econômicos, com grande expressão nos setores de saúde, infra-estrutura, agronegócios e crédito. São mais de 43 mil cooperados e cerca de 3 mil funcionários, que representam 9% do Produto Interno Bruto (PIB) Estadual. A OCB é administrada por um Conselho Diretor composto por cinco representantes dos ramos econômicos de atuação das

cooperativas. Com base na atual lista da OCB-MS, as cooperativas filiadas, em seus respectivos ramos são: agropecuário, saúde, crédito, infra-estrutura, trabalho, habitacional (SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS NO MATO GROSSO DO SUL, 2007).

2.3 O PROCESSO SOCIAL DO COOPERATIVISMO

Segundo as Organizações das Cooperativas Brasileiras (2004), a união para o bem comum, solidariedade com igualdade, justiça e ética, sobrevivência e resistência, liberdade e crescimento são os valores perseguidos pela humanidade, embora em muitos momentos os homens tenham ficado longe desses ideais.

Para Rios (1987, p. 12) “O exame do surgimento do cooperativismo deverá situar concretamente o papel conservador ou renovador das cooperativas e do cooperativismo através da história”. Este autor considera o cooperativismo com diferentes faces relacionadas a situações de classe social, ou seja, a partir do questionamento sobre qual é a ideologia do cooperativismo, encontra-se dupla diferenciação: uma realidade econômica, que está associada à ideologia conservadora (ou o que o autor refere-se como cooperativismo dos ricos) e uma realidade ideológica e política, associada à ideologia renovadora (cooperativismo dos pobres). Esta distinção, segundo o autor, interfere sobremaneira na identidade jurídica da cooperativa.

Desde a Revolução Industrial, o mundo do trabalho e, mais especificamente, o mundo organizacional vêm passando por uma série de mudanças significativas, relacionadas a aspectos econômicos, sociais e psicológicos. Caso se busque na história do trabalho, será encontrado na Antiguidade o funcionamento coletivo no qual todos trabalhavam exclusivamente para alimentação, habitação e vestuário, em prol do bem comum. Segundo Gawlak e Ratzke (2001), há milhares de anos, diferentes civilizações como a dos egípcios, gregos, romanos, incas, maias e astecas praticavam a cooperação no desenvolvimento da cultura, arquitetura, medicina dentre outras áreas. Com o fenômeno da industrialização no século XVIII e suas conseqüências, a configuração do coletivo transformou-se nitidamente para um mundo onde a máxima predominante é o “cada um por si e salve-se quem puder”.

Para Rios (1987, p. 9), “O surgimento do cooperativismo se liga ao desenvolvimento do capitalismo industrial na Europa como expressão de um movimento operário reagindo às condições de extrema exploração então existentes”. A longa jornada de trabalho e os baixos salários desencadearam crises devido às dificuldades socioeconômicas dos trabalhadores.

O aparecimento gradativo das cooperativas de trabalho sinaliza a necessidade do indivíduo em resgatar o funcionamento coletivo dos tempos primórdios. As associações operárias surgiram como sociedade de ajuda mútua e constituem o embrião simultaneamente da previdência social, do sindicalismo e do cooperativismo (RIOS, 1987).

As mudanças sociais, políticas, econômicas, culturais do século XIX desencadearam uma série de acontecimentos, entre eles, a organização social para o enfrentamento dessas mudanças. Nas palavras de Pinho (1982, p. 22),

Foi no complexo conjunto das mais variadas oposições às conseqüências do liberalismo econômico que as idéias cooperativistas começaram a ser elaboradas, inspirando-se sobretudo na corrente liberal dos socialistas utópicos franceses e ingleses do século XIX e nas experiências associativistas que marcaram a primeira metade desse século.

Ide (2005), em seu artigo intitulado “Uma análise das diferentes noções do cooperativismo na perspectiva construcionista”, estuda sobre os sentidos de cooperativismo em três perspectivas: noção doutrinária, organizativa e de lugar.

Em sua pesquisa, Ide (2005, p. 72) constata que a noção doutrinária do cooperativismo surgiu a partir dos socialistas utópicos, assim denominados por Karl Marx (1818-1883), os quais defendiam que

[...] as mudanças na sociedade, sendo formada por pessoas, adviriam segundo mudanças morais. É entre os utópicos, portanto, que o cooperativismo como doutrina moral e prática social surgiu na primeira metade do século XIX.

É possível encontrar, nas literaturas sobre cooperativismo, autores que tratam enfaticamente, ou até mesmo, exclusivamente desse caráter moral. Andreucci (1960 apud IDE, 2005, p. 73) “[...] define cooperativismo como o cristianismo aplicado à vida econômica e sua função na economia seria a de moralizar as relações econômicas”. Esse destaque com a moralidade foi herdado da educação socialista que se preocupava com a postura de adulterar

peso dos produtos para obter mais lucros e manter-se na competição inerente ao sistema capitalista.

Nesta perspectiva doutrinária, Pinho (1982) divide-o em dois grandes grupos: o macro cooperativismo, que se refere ao grupo que buscava uma nova ordem econômica e social e o micro cooperativismo, que visa apenas corrigir as distorções do capitalismo. Esta autora faz uma denúncia importante sobre os estudos referentes ao tema cooperativista e chama a atenção para a ênfase que se dá ao aspecto doutrinário do cooperativismo, deixando em segundo plano o exame econômico da atividade cooperativista. Sobre isso Pinho (1982, p. 20) explica

A bibliografia doutrinária cooperativista continua predominando, ao passo que a análise econômica da atividade cooperativa é escassa. Ou seja, a maioria dos autores cooperativistas permanece, ainda, mais preocupada em explicar o que a Doutrina Cooperativa defende, do que examinar como defende, por que defende, com que instrumentos analíticos o faz ou de que maneira poderá o Cooperativismo contribuir para interpretar, corrigir, ou até mudar a realidade sócio-econômica.

Dessa forma, busca-se contemplar neste trabalho, os aspectos doutrinários e econômicos do cooperativismo para ter maior alcance da dimensão que o tema exige, percorrendo desde o cenário histórico com as principais contribuições dos atores sociais envolvidos no movimento cooperativista até o conceito de cooperativismo e sua estrutura organizacional.

2.4 COOPERATIVISMO: CONCEITO, ESTRUTURA ORGANIZACIONAL E REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

Pensar cooperativismo remete a pensar em cooperação. Segundo o *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*, cooperar é ajudar, contribuindo com trabalho, esforços (HOUAISS; VILLAR, 2004). Para Gawlak e Ratzke (2001), cooperar é agir de forma coletiva com os outros, trabalhando junto em busca do mesmo objetivo e cooperação; é a atitude de ajuda voluntária entre as pessoas. Cooperativismo

[...] é uma doutrina cultural e socioeconômica fundamentada na liberdade humana e nos princípios cooperativistas. A doutrina cultural busca desenvolver a capacidade intelectual das pessoas de forma criativa,

inteligente, justa e harmônica, visando a sua melhoria contínua. A doutrina socioeconômica busca, através do resultado econômico, o desenvolvimento social. Em suma: a melhoria de qualidade de vida (GAWLAK; RATZKE, 2001, p. 20).

Constata-se que a idéia de cooperativismo traz um enfoque desenvolvimentista, cuja concepção é de promover a auto-gestão fomentando a autonomia e independência do cooperado, numa perspectiva psicossocial e econômica. Dessa forma, é fundamental identificar os princípios preconizados pela doutrina cooperativista, criados pelos pioneiros de Rochdale, e que segundo Guareschi (2001, p. 131) “[...] esses princípios são tidos como essenciais numa cooperativa autêntica”. De acordo com Pinho (1982) a constituição do estatuto da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale compõe os princípios da doutrina cooperativista. Dessa forma, em 1966 no Congresso da Aliança Cooperativa Internacional (ACI), órgão de representação das cooperativas no mundo inteiro, foi redigido os princípios cooperativistas (PINHO, 1982).

O primeiro princípio é pautado pela adesão livre e voluntária, que segundo Temp (2004), indica a participação de todos independentemente de sexo, raça, classe social, opção política ou religiosa, bastando, portanto, a pessoa conhecer e decidir se tem condições de cumprir os acordos estabelecidos pela maioria, ou seja, é preciso um mínimo de formação associativista e vocação democrática.

O segundo princípio refere-se à gestão democrática, ou seja, as decisões sobre a administração da cooperativa são tomadas pelos próprios cooperados. Neste princípio, a característica do empreendedorismo é fundamental, já que o cooperado deve compreender a realidade sociocultural e econômica do segmento de sua cooperativa na qual ele é o próprio dono. Para Gawlak e Ratzke (2001), os sócios são os próprios cooperados e são eles que elegem a direção e membros do conselho fiscal por meio do voto; definem prioridades das atividades de acordo com a demanda e objetivos estabelecidos são decididos por meio de assembleias gerais.

O terceiro princípio menciona sobre a distribuição das sobras líquidas (lucro) de acordo com a participação econômica dos sócios, ou seja, conforme a quota de cada pessoa. Para Guareschi (2001) não faz parte da política cooperativista o acúmulo de lucros, por isso os sócios devem definir sobre qual o destino da sobra: ir para o fundo de reserva ou para o fundo de assistência técnica, educacional e social da cooperativa. Após deduzidas as taxas

para os referidos fundos, o restante é rateado entre os cooperados proporcionalmente a suas operações.

De acordo com Guareschi (2001, p. 132) o quarto princípio atenta aos juros limitados ao capital: “O capital sempre está em função da pessoa, e não se transforma, como no capitalismo, em produtor de riqueza e gerador de mais lucro por si mesmo”.

O quinto princípio refere-se à constituição de um fundo para educação dos cooperados que visa à formação e informação de uma consciência política e social (GUARESCHI, 2001). Este princípio tende a minimizar ou evitar a administração amadora de pessoas despreparadas, visando, portanto, ao desenvolvimento cultural e profissional do cooperado e sua família.

Segundo Pinho (1982) a ativa cooperação entre as cooperativas forma o sexto princípio que acompanha a idéia de integração por meio de parcerias para o fortalecimento e sobrevivência das empresas cooperativas na era globalizada.

O sétimo princípio preocupa-se com o desenvolvimento interpessoal e intergrupar da comunidade, por meio da geração de empregos, produção e serviços, além da preservação do meio ambiente, buscando a melhoria da qualidade do ambiente em que vivem (GAWLAK; RATZKE, 2001).

De acordo com OCB as tendências do cooperativismo contemporâneo resumem-se em quatro pilares, que contemplam os sete princípios: 1) Profissionalização da gestão; 2) Intercooperação; 3) Educação e formação cooperativista; 4) Responsabilidade social.

Segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras (1996), existe uma importante função histórica dos agrupamentos voluntários que participam na determinação de seu próprio destino, com a representatividade das camadas populares por meio de uma atuação de grupos políticos, religiosos, de trabalho, de estudos, comitês, comissões, confrarias, núcleos de produção, consumo, etc.. Juridicamente estabelecidos, esses grupos podem evoluir para uma sociedade em que direitos e deveres ficam colocados. É importante ressaltar as três modalidades de organização – associação, cooperativa e sindicato –, cada uma com suas peculiaridades (QUADRO 1).

QUADRO 1 - Modalidades de organizações

Organização	Conceito	Finalidade	Formação
Associação	Sociedade civil sem fins lucrativos	Representar e defender os interesses dos associados, assim como estimular a melhoria técnica, profissional e social dos associados	Mínimo de duas pessoas
Cooperativa	Sociedade civil/comercial sem fins lucrativos	Viabilizar e desenvolver atividades de consumo, produção, crédito, prestação de serviços e comercialização de acordo com os interesses de seus cooperantes; atuar em nível e mercado; formar e capacitar seus integrantes para o trabalho e a vida em comunidade	Mínimo de 20 pessoas
Sindicato	Sociedade civil/sindical sem fins lucrativos	Promover a defesa dos direitos e interesses individuais e coletivos de determinada categoria de trabalho, representando-a em questões judiciais ou administrativas	Número de pessoas necessário para ocupar os cargos de diretoria, regulados e definidos pelo estatuto

Fonte: Organização das Cooperativas Brasileiras (1996).

Gawlak e Ratzke (2001) destacam as acentuadas diferenças entre as empresas cooperativas e as empresas mercantis (QUADRO 2).

QUADRO 2 - Diferença entre empresa cooperativa e empresa mercantil

Empresa cooperativa	Empresa mercantil
Sociedade de pessoas	Sociedade de capital – ações
Número de associados limitado à capacidade de prestação de serviços, podendo, no entanto, ser ilimitado	Número limitado de sócios
Controle democrático, reconhecimento das manifestações da maioria – cada pessoa um voto	Cada ação – um voto
Objetivo: prestação de serviços	Objetivo: lucro
Assembléia – <i>quórum</i>	Assembléia – <i>quórum</i>
Base: número de associados	Base: capital
Não é permitida a transferência de quotas parte a terceiros	É permitida a transferência e venda de ações a terceiros
O retorno dos resultados é proporcional ao valor das operações	O dividendo é proporcional ao valor das ações

Fonte: Gawlak e Ratzke (2001, p. 52).

É importante observar que, na empresa cooperativa, quando bem administrada, o lucro também poderá existir, não sendo, portanto, uma exclusividade da empresa mercantil, porém o que diverge é que, na empresa cooperativa, “a sobra”, ou seja, o lucro é repartido entre os cooperados conforme o terceiro princípio cooperativista o qual preconiza a participação econômica dos sócios.

Apesar da nítida diferença de identidade jurídica entre empresa cooperativa e empresa mercantil, há um aspecto que não se pode negar: ambas fazem parte de um mesmo cenário socioeconômico. De acordo com Temp (2004, p. 53)

Nesse cenário de competição internacional e economia globalizada, as cooperativas assemelham-se às empresas privadas: devem ser eficientes para permanecer no mercado, viabilizar sua atividade e, assim, cumprir sua missão. Seja cooperativa de produção agrícola, agropecuária, de trabalho, de consumo, etc., a verdade é que, somente ao obter sucesso econômico, a cooperativa realiza sua missão social.

Na perspectiva da evolução do pensamento cooperativo, é possível perceber a contribuição de áreas como a economia, estatística e ciências sociais no progresso do instrumental analítico, transcendendo, dessa forma, a concepção cooperativista. Para Pinho (1982, p. 19):

[...] estão surgindo tentativas de transposição do instrumental teórico-econômico e administrativo ao campo da atividade cooperativista. E mais recentemente, busca-se a elaboração de esquemas teóricos cooperativistas com prioridade ao enfoque da cooperativa como empresa.

A referida autora define como instrumental cooperativista os modelos de cooperativas e classifica-os como cooperativas especializadas, no atendimento de necessidades econômicas e sociais específicas; cooperativas mistas, que combinam dois ou mais tipos de cooperativa; e integrais, que atendem as múltiplas necessidades dos associados.

Complementando a idéia, Rios (1987, p. 27) define que “A associação-empresa cooperativa é um empreendimento que compreende tantas variedades quantas são as necessidades possíveis de serem atendidas em uma economia moderna”. E, segundo o mesmo autor, para melhor esclarecimento, pode-se citar os tipos e suas peculiaridades, de acordo com a área em que atuam,

a) Cooperativa de produção industrial: sua origem vem de movimentos sociais

vinculados às lutas da classe operária contra a classe patronal, os meios de produção são explorados pelo quadro social, pertencentes à cooperativa e não ao cooperado individualmente. Ex: Cooperativa Produtora de Artigos de Vestuário;

- b) Cooperativa de produção agrícola: tem como maior característica a produção em comum de produtos agrícolas. Os países como Hungria e Israel desenvolveram significativas experiências em produção agrícola de caráter comunitário. De acordo com as atividades, pode-se denominar: cooperativa avícola, de laticínios, suinocultores, hortaliças, de frutas, exploração de álcool e açúcar e outras ligadas ao setor agropecuário;
- c) Cooperativa de serviços agrícolas: no Brasil, é conhecida como cooperativa mista, ou seja, de compra de insumos, consumo doméstico, etc.. Tem como principal objetivo melhorar as condições do empreendimento agrícola e aumentar a renda de seus membros por meio da utilização comum de certos meios e serviços, e pode ser organizada por setores, como: setor grãos, setor carne, setor cana e outros;
- d) Cooperativa de consumo: tem a finalidade de vender objetos a seus aderentes ou gêneros de primeira necessidade. Trata-se de uma associação de consumidores que criam uma empresa com a finalidade de lhes fornecer o produto de que necessitam, como: alimentos, material de higiene e limpeza, bebidas, eletrodomésticos, confecção e outros;
- e) Cooperativa de pesca: é possível encontrar este tipo de cooperativa em países como Noruega, Suécia, Dinamarca, Itália, Alemanha, Japão, entre outros. Sua finalidade é a aquisição e utilização de barcos de pesca, concessão de crédito, transporte, armazenagem, etc.;
- f) Cooperativa de crédito: tanto pode ser realizada por associações de primeiro grau ou seções especializadas em cooperativas mistas que, à maneira de um banco, recebem depósitos não somente de seus associados, mas também de terceiros e que, a partir desses recursos e do capital subscrito, realizam empréstimos a seus membros, como também ser canalizada via empréstimo de bancos para cooperativas de outros tipos (agrícola, pesca, artesanato, consumo, etc.).

De acordo com a Organização das Cooperativas Brasileiras (2004, p. 99) “As cooperativas médicas existiam há três décadas quando o ramo, genuinamente brasileiro, foi desmembrado do ramo Trabalho em 1996 devido à sua força e representatividade”. As cooperativas no ramo da saúde reúnem profissionais que atendem à saúde física e mental de pessoas e podem classificar-se em cooperativa de médicos, odontólogos, psicólogos, fonoaudiólogos, entre outros.

Há também os seguintes ramos: educacional (ex: cooperativas de alunos, pais, professores), habitacional (ex: cooperativa habitacional), mineral (ex: cooperativa de mineradores de ouro), especial (ex: cooperativa de portadores de deficiência visual), infraestrutura (cooperativa de eletrificação rural), trabalho (ex: cooperativa de taxistas) (GAWLAK; RATZKE, 2001).

Para melhor explicitar a classificação das Sociedades Cooperativas recorre-se ao que Rios (1987) explica que quando certo número de cooperativas locais atua em um mesmo segmento, face a uma mesma série de problemas que poderiam ser equacionadas vantajosamente numa escala maior, constitui-se o que se denomina de cooperativa de segundo grau ou central. Gawlak e Ratzke (2001) explicam a estrutura organizacional das cooperativas da seguinte forma:

- a) Cooperativa singular ou 1º grau: tem como objetivo a prestação direta de serviços ao associado; é constituída por um mínimo de 20 pessoas físicas, sendo permitida a admissão, em caráter de exceção, de pessoas jurídicas com as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas;
- b) Cooperativa central, federação ou 2º grau: tem como objetivo organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas, facilitando a utilização recíproca dos serviços; é constituída por no mínimo três singulares e pode, excepcionalmente, admitir pessoas físicas;
- c) Confederação: tem como objetivo organizar em comum e em maior escala os serviços das filiadas; é constituída de no mínimo três cooperativas centrais. A criação das cooperativas centrais ou confederações reforça o sistema cooperativista.

E complementam dizendo que a representação política do cooperativismo se organiza da seguinte forma:

- a) Âmbito internacional: nasce em 1895 a ACI, organização não governamental que congrega cooperativas de 5 continentes (totalizando 657.000 cooperativas), com sede em Genebra (Suíça), com o objetivo de fortalecer o cooperativismo no mundo inteiro, por meio da propagação da doutrina, filosofia e educação cooperativista;
- b) Âmbito continental: em 1963, em Bogotá (Colômbia) é constituída a Organização das Cooperativas da América (OCA), com o principal objetivo de representar as cooperativas dos países da América Latina, bem como difundir os princípios do cooperativismo na América;
- c) Âmbito nacional: em 1971, foi criada a OCB. Representa todos os ramos do cooperativismo brasileiro, composto por mais de 5.000 cooperativas. É uma sociedade civil com sede na Capital Federal, sem fins lucrativos e atua como representante legal do sistema cooperativista nacional e como órgão técnico consultivo do governo, congregando as organizações estaduais constituídas com a mesma natureza. O Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo (SESCOOP) é responsável pela formação profissional e gestão cooperativista dos cooperados e contribui para a formulação de políticas adequadas à criação de postos de trabalho e geração de renda pelo cooperativismo;
- d) Âmbito estadual: constituem-se as Organizações das Cooperativas Estaduais (OCE) e têm como objetivo representar e defender os interesses das cooperativas filiadas perante as autoridades constituídas e a sociedade, bem como prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das sociedades cooperativas e de seus integrantes, além de exercer a representatividade sindical e patronal das cooperativas. São constituídas através da filiação de cooperativas singulares, centrais e confederações de todos os ramos, e, segundo a Lei n. 5.764, de 16 de dezembro de 1971, todas as cooperativas de todos os ramos são obrigadas a registrarem-se na OCE do seu Estado.

3 CALEIDOSCÓPIO DE BASES TEÓRICAS

O assunto sobre cooperativismo suscita reflexões relacionadas ao mundo do trabalho, mais especificamente sobre as relações sociais no contexto institucional. Portanto, para discutir o processo do cooperativismo foi identificado nas teorias da Sociologia, Economia e Psicologia contribuições teóricas capazes de contemplar a pluralidade de fatores existentes no referido tema.

Dessa forma a Sociologia irá considerar a concepção de reprodução ideológica, formações sociais, modos e relações de produção, a Economia observará a cooperativa como empresa moderna, a Psicologia Sócio-Histórica irá analisar as categorias de trabalho e relações sociais como forma de situar o homem na sua historicidade e a Teoria das Representações Sociais apresentará a construção do sujeito enquanto sujeito social.

3.1 O ENFOQUE SOCIOLÓGICO

Como via de acesso para compreensão do processo social do cooperativismo, procurou-se a Sociologia, que significa, em sua origem, estudo social ou da sociedade. Buscou-se a perspectiva sistêmica para a análise de diversas dimensões interpessoais como grupo de pessoas, a sociedade e as organizações sociais. Conceitos como ideologia, classe social, papéis, entre tantos outros são importantes tópicos sociológicos que contemplam a ciência dos processos sociais numa perspectiva histórico-crítica. Sobre isso Guareschi (2001, p. 23) define a constituição da ideologia, comentando que

Através da linguagem e da comunicação, que também são produções históricas, são transmitidos significados, representações e valores existentes em determinados grupos: é a ideologia do grupo. A reprodução ideológica se manifesta através de representações que a pessoa elabora sobre si mesma, sobre os homens, a sociedade, a realidade, enfim, sobre tudo aquilo a que implícita ou explicitamente são atribuídos valores: certo-errado, bom-mau, verdadeiro-falso.

Considerando-se então a existência da reprodução ideológica na dimensão intrapessoal baseada na história de cada pessoa, existe da mesma forma a presença da ideologia no contexto macro, que são as instituições políticas, jurídicas e morais. E sobre isso Guareschi (2001, p. 24) explica que “[...] a dominação ideológica que se dá no plano individual é detectada na análise das instituições que prescrevem os papéis sociais, as funções de cada pessoa e acabam determinando as relações sociais de cada indivíduo”.

Por trás dos sistemas sociais, micro e/ou macro, que formam a estrutura da sociedade, existe uma ideologia que determina a maneira do funcionamento e a forma de percepção da respectiva sociedade. Melhor dizendo, “[...] para se compreender uma sociedade em sua essência e profundidade é preciso ver quem a gerou, isto é, quais são seus pais” (GUARESCHI, 2001, p. 37).

As discussões a respeito da constituição e funcionamento de sociedades são tão complexas quanto a tentativa de defini-las, considerando que se está referindo a um organismo vivo, dinâmico e repleto de componentes, nem sempre fáceis de identificar. Dessa forma, os fatores condicionantes que constituem uma sociedade são alvo de análise para compreensão e, conseqüentemente, convivência neste sistema social. Quanto a isso, Guareschi (2001, p. 37) explica que

As formações sociais se estruturam (nascem, crescem, se desenvolvem) a partir da maneira como se conseguem as coisas para viver: o como se consegue a comida, a bebida, a vestimenta, a moradia, a sobrevivência, dá a característica fundamental a uma sociedade qualquer.

Nessa linha de raciocínio, pode-se entender então que a maneira como se conseguem as coisas para sobreviver é denominada como “modo de produção”, e é exatamente isso que caracteriza uma formação social ou sociedade.

Em função disso, faz-se necessária a compreensão dos componentes relacionados ao modo de produção, (que estão diretamente relacionados), primeiramente ao trabalho como a chave da questão social, e posteriormente com os meios de produção que é o que produz riqueza e distingue-se de bens de consumo que é o produto de um meio de produção (ex.: uma casa será um bem de consumo se ela for somente para moradia e será um meio de produção, se tiver como finalidade o aluguel como renda).

As forças de produção também compõem a estrutura do modo de produção e é definida como sendo o trabalho humano que movimenta os meios de produção. Existe um conceito também importante nessa análise conjuntural que designa elementos materiais que produzem riqueza: o capital. As relações de produção também integram essa estrutura e identificam os níveis de interação entre capital e trabalho. Sobre isso Cotrim (1997, p. 264) define que “O modo de produção abrange, de modo dialeticamente inseparável, tanto as forças produtivas da sociedade como as relações de produção que se estabelecem entre os homens”.

Para retratar essa relação entre a formação social e a ideologia que a constitui, Guareschi (2001) organiza o Quadro 3:

QUADRO 3 - Distinção entre Capitalismo, Socialismo e Comunismo no que se refere aos meios de produção e bens de consumo

Formação social	Meios de produção	Bens de consumo
Capitalismo	Nas mãos de alguns (sempre menos). A maioria só trabalha.	Na maioria das vezes são de particulares, mesmo os coletivos.
Socialismo	Alguns nas mãos de particulares: alguns (os serviços essenciais) em mãos do Estado.	Os coletivos em geral são do Estado.
Comunismo	Nas mãos de todos (na prática, por enquanto, nas mãos do Estado ou do partido)	Os coletivos são de todos (do Estado); os privados são de cada um.

Fonte: Guareschi (2001, p. 61).

Contextualizando a sociedade ocidental, mais especificamente no Brasil, onde o capitalismo e suas peculiaridades predominam, pode-se afirmar que as diversas formas de organizações sociais sofrem interferências desse modo de produção, como é o caso das cooperativas.

Segundo Guareschi (2001, p. 133), tais interferências ocorrem no nível jurídico, no qual “[...] a legislação cooperativista não é feita pelos seus membros e associados, mas sim um órgão em que o governo nomeia a maioria dos membros”. Já no nível político, “[...] o Estado interfere nas cooperativas, como interfere nos sindicatos, sempre que necessita delas para sua legitimação ou proveito”. Dessa forma, “[...] as relações dominantes do modo de produção capitalista se transfiguram também para a prática das cooperativas”. Pinho (1982, p. 64) complementa que o “[...] Estado utiliza as cooperativas como simples técnica de desenvolvimento, sem qualquer conteúdo doutrinário, integrando-as em seus planos ou programas, desde autoritários a meramente indicativos”.

Essa prática parece ser de longa data, herdada das estruturas sociais estabelecidas inicialmente na história da nação brasileira. Ianni (2004, p. 20), eminente sociólogo brasileiro destaca que o Brasil não conseguiu entrar no ritmo da história, e prevaleceu por um tempo demasiadamente longo no colonialismo absolutista:

[...] ao fim do século 19 o Brasil ainda parecia viver no fim do século 18. As estruturas jurídico-políticas e sociais tornaram-se cada vez mais pesadas. Revelaram-se heranças carregadas de anacronismo. Eram evidentes os sinais de uma mentalidade formada nos tempos do colonialismo português. A relação dos setores dominantes e do próprio governo com a sociedade guardava os traços do colonialismo.

Sobre isso Rios (1987) afirma que no Brasil existe, há muito tempo, uma política de controle social de intervenção estatal e adequação aos interesses das elites políticas, corroborando com a idéia de que quem tem mais manda mais. Como outra forma de dizer sobre essa relação dominante, Guareschi (2001, p. 134) argumenta que “[...] essa influência das relações dominantes do sistema é sub-reptícia, silenciosa, mas vai se instalando nos corações e mentes das pessoas, legitimando, como consequência, práticas de dominação e exploração”.

O retrato comentado por Guareschi (2001) e Rios (1987) traz um olhar crítico quanto ao destino de cooperativas lideradas por pessoas que se comportam como donos delas, no sentido de apropriarem-se do bem público e desviar de todos os princípios cooperativistas.

A respeito disso Guareschi (2001, p. 134-135) alerta que

Na base de tudo está o grande problema da educação cooperativista. Os sócios não sabem como deveria ser o funcionamento duma cooperativa e não conhecem seus direitos. O fundo para a educação, que por lei deve ser descontado de toda operação de lucro (sobra), não é empregado para seu devido fim. Os cooperativados são, assim, mantidos na ignorância, até mesmo num analfabetismo crasso, pois assim podem ser manipulados. Uma pessoa ignorante não tem coragem de intervir em assembléias, pois nunca fez ouvir sua voz. O sócio não sabe que ele é sempre um fiscal de sua cooperativa e tem o direito de poder ter acesso aos livros, controlando desse modo todo o movimento da cooperativa. A ignorância leva à dominação.

Na afirmativa acima, o autor sinaliza a co-responsabilidade dos associados nessa relação dominante-dominado, enfatizando a ignorância como complexo obstáculo para o desenvolvimento de uma educação cooperativista e, com isso, propiciando a manutenção de um pseudo-cooperativismo. De outro lado, acredita que, com a participação efetiva dos cooperados, pode acontecer uma transformação social, por meio de uma participação mais consciente e responsável, modificando, dessa forma, as “relações de dominação capitalistas”.

Nessa perspectiva, o caminho apontado por Guareschi (2001) é olhar não somente para o sistema cooperativista, mas também para as interferências do capitalismo e suas

conseqüências. A proposta é a não exploração do trabalhador, minimizando forças dos chamados “atravessadores”, na qual “[...] menos gente vai vender sua força de trabalho ao capital, tentando trabalhar no que é deles e não se deixando explorar” (GUARESCHI, 2001, p. 135). Para que isso ocorra, o autor defende que “a união dos que trabalham e muita criatividade” é condição essencial para o estabelecimento de novas estruturas, as quais propiciarão um progresso tanto para a nação, como para os que trabalham; por sua vez, serão estes donos de sua própria atividade. Sobre esta idéia Cotrim (1997, p. 264) explica

As relações de produção dizem respeito ao relacionamento social dos homens no processo produtivo. Essas relações podem ser de vários tipos, desde aquelas marcadas pela dominação e exploração de uns sobre os outros até as relações de solidariedade e respeito recíproco.

A análise de Cotrim (1997) indubitavelmente nos remete à idéia de Kautsky (2002, p. 40), que explica sobre o movimento operário e o socialismo serem produtos do capitalismo, já que “[...] procedem da necessidade de agir contra a miséria a que a exploração capitalista condena as classes laboriosas”.

Entretanto Pinho (1982, p. 59) refere sobre esta relação de domínio de outra forma e cita Luxemburgo que “[...] revela maior pessimismo ao discutir o papel das cooperativas como via de libertação dos trabalhadores.” Numa ampla perspectiva:

A cooperativa soma às dificuldades de funcionamento de uma associação mutualista, todos os problemas de funcionamento de uma empresa moderna. E embora se inspire no ideal de democracia direta, por imposições do avanço tecnológico, acaba se transformando em complexa sociedade, tecnicamente diferenciada e burocraticamente administrada (PINHO, 1982, p. 65).

Parece haver, portanto, uma preocupação de alguns teóricos que pensam o cooperativismo conciliado ao contexto capitalista. Pinho (1982) menciona uma teoria desenvolvida por um grupo de professores do Instituto de Cooperativismo da Universidade de Münster, Alemanha, com os seguintes pressupostos:

- a) A cooperação não exclui o interesse pessoal, nem a concorrência;
- b) Os associados buscam satisfazer seus interesses pessoais através de cooperativas quando verificam que a ação solidária é mais vantajosa do que a ação individual;
- c) A cooperativa adquire sua própria importância econômica, independentemente das

unidades econômicas dos associados; Os dirigentes atendem aos seus próprios interesses na medida em que fomentam os interesses dos membros da cooperativa; suas rendas e seu prestígio devem aumentar proporcionalmente à melhoria da situação dos associados, daí a necessidade de fiscalizar a gestão empresarial e estabelecer controles institucionalizados contra ações negativas dos membros;

- d) Entre os associados e a cooperativa deve haver solidariedade ou lealdade consciente, embasada em normas contratuais ou estatutárias (que legitimam essa lealdade) e não solidariedade cega (tal como preconizam as outras teorias cooperativistas).

3.2 CONTRIBUIÇÕES DA PERSPECTIVA SÓCIO-HISTÓRICA

À luz da concepção da Psicologia Sócio-Histórica estende-se a discussão anterior, priorizando o enfoque sobre a constituição do homem e seu respectivo histórico e contexto social, e sobre isso, Gonçalves (2002, p. 38-39) assim explica:

A Psicologia Sócio-Histórica parte das categorias de trabalho e relações sociais para situar o homem na sua historicidade, entendendo que o homem se constitui historicamente enquanto homem, por meio da transformação da natureza, em sociedade, para a produção de sua existência. Em sua constituição histórica, o homem produz bens materiais e espirituais, ou seja, produz objetos e idéias. O conjunto de idéias produzidas pelo homem inclui crenças, valores e conhecimentos de toda ordem. Esse referencial é o materialismo histórico e dialético e, de acordo com essa concepção, as idéias e conhecimentos produzidos pelo homem em determinado momento histórico refletem a realidade desse momento histórico, ou seja, o pressuposto é de que a origem das idéias produzidas socialmente está na base material da sociedade.

Dessa forma, segundo Gonçalves (2002), evidencia-se que o momento histórico de socialistas utópicos na Inglaterra e na França, durante os séculos XVIII e XIX, na constituição do movimento cooperativista, não por acaso, desenvolveu-se nos países pioneiros na reação contra o capitalismo industrial e na formulação do socialismo científico derivado dos trabalhos de Marx e Friedrich Engels (1820-1895).

Para compreender a história da sociedade contemporânea, faz sentido do ponto de vista teórico recorrer às contribuições trazidas pela Psicologia Sócio-Histórica sobre as idéias

e ações produzidas no percurso do capitalismo, retomando desde o liberalismo como produção ideológica da burguesia, o qual preconizava que todos os homens são livres e iguais, apesar de terem interesses individuais. Essa afirmação implica que a experiência individual do sujeito seja valorizada, porém existe uma mensagem subjacente que contradiz este reconhecimento do homem autônomo e livre.

Sobre esse aspecto, Gonçalves (2002, p. 39) discute que

O homem que surge com o advento do capitalismo é o indivíduo livre, sujeito de sua vida. O desenvolvimento das forças produtivas capitalistas põe em relevo o indivíduo, como possuidor de livre-arbítrio, capaz de decidir que lugar ocupar na sociedade. Isso é possível já que a nova sociedade se abre como um mercado no qual todos podem vender e comprar em função de seus próprios talentos. A necessidade de se produzir mercadorias impõe aos homens uma participação na sociedade na forma de indivíduos, produtores e/ou consumidores de mercadorias.

A contradição aparece exatamente na prática após as revoluções burguesas quando o Estado limita esta ação do sujeito. Quanto a isso Gonçalves (2002, p. 40) complementa:

Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo mostra que tanto a liberdade quanto as diferenças entre os indivíduos são ilusões. Por um lado, o Estado se fortalece; por outro, surge a produção da grande indústria. Ou seja, é preciso rever as propostas iniciais do liberalismo; é preciso fortalecer o Estado e limitar a liberdade individual, já que a fraternidade ainda não foi possível. É o que ocorre no século XIX e que pode ser constatado na realidade política subsequente às revoluções burguesas.

Assim, o sujeito é proclamado como individual e livre, e ao mesmo tempo, negado, controlado e treinado para estar a serviço do capital. Aqui talvez se possa encontrar o eixo estrutural do modo de produção capitalista que enaltece e anula o ser humano, concomitantemente e descompromissadamente. Isso lembra as palavras de Gonçalves (2002, p. 63) “A desigualdade é intrínseca ao capitalismo. A modernidade procurou não evidenciar isso e ideologicamente proclamou a igualdade”.

É importante analisar como a chamada “pós-modernidade” ou modernidade contemporânea manifesta suas idéias sobre o capitalismo na sua fase atual. Numa retrospectiva, Santos (2000 apud GONÇALVES, 2002), identifica três períodos do desenvolvimento do capitalismo, sendo o capitalismo liberal (no século XIX), o capitalismo organizado (final do século XIX até depois da Segunda Guerra Mundial), o capitalismo

desorganizado (início na década de 1960 até os dias atuais), tendo respectivamente como características a promessa de modernidade, bem-estar social e discussão sobre novas alternativas para uma transformação social.

Dessa forma, na perspectiva histórica, o que está em pauta são os elementos fornecidos para compreensão do sujeito como expressão deste momento, quais sejam: novas características da produção capitalista, as modificações das relações de trabalho, a supervalorização do consumo, dissolução ideológica do sujeito (GONÇALVES, 2002).

Portanto, no contexto da sociedade contemporânea, é possível reconhecer a existência de desafios que se apresentam nas relações deste ser histórico que se produz e se modifica em relação com os demais seres humanos. Sabe-se que a sociedade analogamente funciona como um organismo que nasce, desenvolve-se e envelhece como os seres vivos, sofrendo transformações. Sobre isso Mézáros (2000 apud FRIGOTTO, 2005, p. 67) declara que

Vivemos uma era de uma crise histórica sem precedente. Sua severidade pode ser medida pelo fato de que não estamos frente a uma crise cíclica do capitalismo mais ou menos extensa, como as vividas no passado, mas a uma crise estrutural, profunda, do próprio sistema capital. Como tal, esta crise afeta – pela primeira vez em toda história – o conjunto da humanidade, exigindo, para este sobreviver, algumas mudanças fundamentais na maneira pela qual o metabolismo social é controlado.

Entende-se, nessa citação, que as mudanças necessárias no “metabolismo social” são os maiores desafios a serem enfrentados em mais uma edição da história da humanidade, o que nas palavras de Silvia Lane (1987, p. 13) explicam-se que,

Na medida em que a história se produz dialeticamente, cada sociedade, na organização da produção de sua vida material, gera uma contradição fundamental, que ao ser superada produz uma nova sociedade, qualitativamente diferente da anterior. Porém, para que esta contradição não negue a todo momento a sociedade que se produz, é necessária a mediação ideológica, ou seja, valores, explicações tidas como verdadeiras que reproduzam as relações sociais necessárias para a manutenção das relações de produção.

3.3 UMA METÁFORA: O TECER DA REDE

Ao ler o texto de Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004, p. 15), que elegeram a

poesia de João Cabral de Melo Neto, instigaram-se algumas reflexões pertinentes à discussão precedente.

Tecendo a Manhã

Um galo não tece uma manhã:
ele precisará sempre de outros galos.

De um que apanhe esse grito que ele
o lance a outro; de um outro galo
que apanhe o grito de um galo antes
e o lance a outro; e de outros galos
que com muitos outros galos se cruzem
os fios de sol de seus gritos de galo,
para que a manhã, desde uma teia tênue,
se vá tecendo, entre todos os galos.

E se encorpando em tela, entre todos,
se erguendo tenda, onde entrem todos,
se entretendo para todos, no toldo
(a manhã) que plana livre de armação.

A manhã, toldo de um tecido tão aéreo
que, tecido, se eleva por si: luz balão.

É válido consagrar a simbologia que o poeta traz em sua obra, sobre a construção de uma rede de contatos (entre galos) que resulta na confecção de uma manhã, legitimando a estrutura e a condição fundamental das interações sociais. Haguette (2003, p. 36) diz que

A sociedade humana ou a vida humana em grupo é vista como consistindo de pessoas que interagem, ou seja, pessoas em ação que desenvolvem atividades diferenciadas que as colocam em diferentes situações. O princípio fundamental é que os grupos humanos, assim como a sociedade, “existem em ação” e devem ser vistos em termos de ação. É através deste processo de constante atividade que estruturas e organizações são estabelecidas. Logo, a vida do grupo necessariamente pressupõe a interação entre os membros do grupo ou, em outros termos, a sociedade consiste de indivíduos interagindo uns com os outros, e cujas atividades ocorrem predominantemente em resposta de um a outro, ou em relação de um a outro.

Para iniciar a trajetória dessa idéia, recorreu-se às primeiras relações sociais as quais todos vivenciam, a contar o nosso primeiro grupo social, que é a família. Sabe-se que esse processo social acontece de uma maneira peculiar para a espécie humana.

Nas palavras de Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004, p. 24), “As relações sociais são consideradas como fundantes não só nos primeiros anos de vida como também ao longo de toda vida, mantendo-se continuamente como arena e motor do processo de desenvolvimento”. Quando se trata de relações, entende-se um movimento bilateral, ou seja, a influência recíproca das pessoas umas sobre as outras. Esta reciprocidade na relação social é descrita da seguinte forma

Ao agirem, as pessoas dialogicamente transformam seus parceiros de interação e são por eles transformadas, assim como se modificam as funções psicológicas que lhes dão suporte, remodelando seus propósitos e abrindo-lhes novas possibilidades de ação, interação e desenvolvimento (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p. 24).

Nessa perspectiva interacional, é importante analisar uma característica interdependente dos componentes participantes desta interação, na qual

[...] outro se constitui e se define por mim e pelo outro, ao mesmo tempo em que eu me constituo e me defino com e pelo outro. É nesse interjogo que se dá o processo de construção de identidades pessoais e grupais, ao longo de toda a vida da pessoa (ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p. 25).

Então, as interações não devem ser entendidas somente por uma dimensão, seja macro (sociedade) ou micro (pessoa), e, a partir dessa idéia, Sampson (1993 apud ROSSETTI-FERREIRA; AMORIM; SILVA, 2004, p. 25) argumenta que “O ser humano é relação, constrói-se na relação com o outro e com o mundo e só se diferencia e se assemelha no espaço relacional”.

Desta forma, entende-se que as relações sociais são como uma trama, em que pessoa e meio fazem parte do mesmo contexto. Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004, p. 26) comentam que:

[...] os contextos não são considerados como panos de fundo onde se dão os processos de desenvolvimento nem como fatores que impingem determinadas normas ou significações, às quais as pessoas se tornam assujeitadas. Ao contrário, os contextos são compreendidos aqui a partir da noção de meio, como proposta por Wallon (1986), o qual tem, simultaneamente, duas funções: a de ambiente, contexto ou campo de aplicação de condutas; e a de condição, recurso, instrumento de desenvolvimento. O meio social, o espaço de experiência da pessoa, representa assim um meio (instrumento, recurso) para seu desenvolvimento.

Mediante essa discussão, é importante entender o meio de acordo com as pessoas que o frequentam, com suas peculiaridades e, principalmente, o momento sócio-histórico em que estão situados. Portanto o contexto deve ser pensado e entendido a partir das pessoas que dele participam, como também das interações que nele se estabelecem, assim como seu contexto histórico. Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004, p. 25) defendem que “[...] as características pessoais são construídas na história interacional de cada um e tomam sentido em relações situadas e contextualizadas”.

Assim sendo, decorrente dessa análise das relações interacionais, leva-se em conta também o aspecto do tempo situacional, que, nas palavras de Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004, p. 25), explicam que “Todo acontecimento é sempre situado em um contexto espaço-temporal e, por isso, a análise dos processos de desenvolvimento deve sempre considerar o lugar e o momento em que ocorrem tais processos”.

Nesse sentido, analisando a sociedade contemporânea, encontram-se algumas peculiaridades nas relações interpessoais inseridas no contexto social, como por exemplo, o cooperativismo, os quais buscam a manutenção dessas “redes sociais” como meio de sobrevivência em uma perspectiva internacional.

3.4 A CONTRIBUIÇÃO DA TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Para que se possa dar continuidade à discussão anterior, analisa-se o contexto sócio-histórico à luz de uma epistemologia do senso comum, conhecida como teoria das Representações Sociais, desenvolvida por Moscovici (1978). Ciente da complexa missão para explicar a referida teoria, buscou-se alguns autores que são ícones referentes a esse tema. A proposta, portanto, foi ilustrar um quadro de definição visível e peculiar das Representações Sociais, embora se saiba ser um conteúdo excessivamente amplo e considerado pelo autor como dificilmente apreendido.

É possível identificar na teoria das Representações Sociais, a importância em compreender os processos existentes e que transitam entre o universo individual e o universo social de maneira integrada e não dicotomizada, salientando os processos de definição das identidades pessoais e sociais, bem como a expressão dos grupos e as transformações sociais.

Sobre a Representação Social, Jodelet (2001, p. 17) clarifica

Sempre há necessidade de estarmos informados sobre o mundo à nossa volta. Além de nos ajustar a ele, precisamos saber como nos comportar, dominá-lo física ou intelectualmente, identificar e resolver os problemas que se apresentam: é por isso que criamos representações. Frente a esse mundo de objetos, pessoas, acontecimentos ou idéias, não somos (apenas) automatismos, nem estamos isolados num vazio social: partilhamos esse mundo com os outros, que nos servem de apoio, às vezes de forma convergente, outras pelo conflito, para compreendê-lo, administrá-lo ou enfrentá-lo. Eis por que as representações são sociais e tão importantes na vida cotidiana. Elas nos guiam no modo de nomear e definir conjuntamente os diferentes aspectos da realidade diária, no modo de interpretar esses aspectos, tomar decisões e, eventualmente, posicionar-se frente a eles de forma defensiva.

Nesta definição, essa mesma autora apresenta a dinâmica dos fenômenos representativos na sociedade e sinaliza a importância de um conhecimento elaborado socialmente designado, como saber de senso comum, tão legítimo como o conhecimento científico.

Pode-se também acrescentar a contribuição de Spink (1993, p. 303) ao afirmar que

A representação é uma construção do sujeito enquanto sujeito social, este sujeito não é produto nem produtor independente da sociedade, pois as representações são construídas e resultantes das condições em que surgem e circulam.

Além dessa realidade ambiental, também é a manifestação externa do afeto, da realidade intra-individual. Sob essa ótica, as representações são construções, interpretações da realidade de um sujeito sobre um objeto, permeadas de manifestações cognitivas e afetivas. Ou seja, há sempre aspectos históricos e subjetivos intervindo na relação com o real (SPINK, 1993).

Para Lane (1995), a Representação Social tem como característica um comportamento observável e registrável, sendo também um produto, ao mesmo tempo, individual e social, possibilitando uma forte ligação conceitual entre a psicologia social e a sociologia.

Conforme Oliveira e Werba (2002), as Representações Sociais compreendem o modo como são construídos os saberes de um grupo, formando sua identidade social, suas representações acerca de diversos objetos e os códigos culturais que determinam as regras de uma comunidade em determinado momento histórico.

As RS [Representações Sociais] são teorias acerca dos conhecimentos

populares e do senso comum, tendo por objetivo a construção e interpretação da realidade através do compartilhamento e organização coletiva. Essas representações são dinâmicas, permitindo a interação do indivíduo com o meio e conseqüente modificação dos dois (OLIVEIRA; WERBA, 2002, p. 105).

Entende-se que, para a compreensão das representações do coletivo, é fundamental a observação e, talvez muito mais que observar, é desenvolver a escuta para codificar a linguagem expressa pelo grupo. Sobre isso Latour (1983 apud JODELET, 2001, p. 30) explica que

De todas as atividades humanas, a fabricação dos fatos é a mais intensamente social; foi essa evidência que permitiu recentemente à sociologia das ciências desenvolver-se. O destino de um enunciado está, literalmente, nas mãos de uma multidão: cada um pode esquecê-lo, contradizê-lo, traduzi-lo, modificá-lo, transformá-lo em artefato, escarnecer dele, introduzi-lo num outro contexto a título de premissa, ou, em alguns casos, verificá-lo, comprová-lo e passá-lo tal qual a outra pessoa, que, por sua vez, o passará adiante. A expressão “é um fato” não define a essência de certos enunciados, mas alguns percursos pela multidão.

Corroborando com esta afirmativa, Minayo (1999) esclarece que as representações retratam a realidade sem conformá-la, pois são, ao mesmo tempo, ilusórias, contraditórias e verdadeiras. Vale reforçar, então, que linguagem é o melhor meio de compreendê-las. Através da fala, pode-se compreender também as relações sociais que ela expressa. Segundo Malrieu (1977 apud LANE, 1987, p. 36), “[...] a representação social está duplamente vinculada com a atividade semiótica que se caracteriza pela elaboração dos significantes, decorrentes do processo de comunicação”.

Percebe-se, então, que a linguagem espelha uma percepção de mundo, refletindo o resultado das relações que se ampliaram a partir do trabalho produtivo para a sobrevivência do grupo social. Nessa perspectiva, a linguagem, indubitavelmente, é um componente histórico de uma coletividade.

Desta forma, nas palavras de Lane (1987, p. 32)

[...] a linguagem se originou na espécie humana como conseqüência da necessidade de transformar a natureza, através da cooperação entre os homens, por meio de atividades produtivas que garantissem a sobrevivência do grupo social. O trabalho cooperativo exigindo planejamento, divisão de trabalho, exigiu também um desenvolvimento da linguagem que permitisse ao homem agir, ampliando as dimensões de espaço e tempo.

Aqui se evidencia o caráter instrumental da linguagem como fator essencial para o desenvolvimento humano e, sobretudo, para a sobrevivência da sociedade, condição essa, presente em toda forma de instituição social. E sobre isso Moscovici (2001, p. 46) elucida seguramente

Um fato me parece certo: Simmel vê nas idéias ou representações sociais uma espécie de operador que permite cristalizar as ações recíprocas entre um conjunto de indivíduos e de formar a unidade superior, que é a instituição (partido, igreja, etc.), portanto de passar do nível molecular ao molar.

Esse conjunto de definições teve como objetivo elucidar sobre a teoria das Representações Sociais, explicar sua abordagem psicossociológica e, com isso, aproximar as discussões anteriores que envolvem prioritariamente as relações sociais, que incontestavelmente estão pautadas ao tema de interesse sobre o processo social do cooperativismo.

Sem a pretensão de finalizar a discussão, mas com o intuito de provocar futuras reflexões, recorre-se à contribuição de Semin (2001, p. 208):

Assim, as representações sociais são inicialmente pontos de balizamento; fornecem uma posição ou uma perspectiva a partir da qual um indivíduo ou um grupo observa e interpreta os acontecimentos, as situações etc. Fornecem, sobretudo, pontos de referência pelos quais uma pessoa se comunica com outra, permitindo-lhe situar-se e situar seu mundo. Basta uma simples palavra ou frase, para mobilizar uma representação social. Os exemplos clássicos empregados para ilustrar são palavras como psicanálise, marxismo, raça, saúde etc. Como pontos de referência, as representações sociais permitem que nos orientemos, oferecendo-nos interpretações particulares do mundo social e físico. Eis por que elas têm um conteúdo definido e dizem respeito também aos campos específicos do saber sobre nossa existência social.

Dessa forma, acredita-se ser pertinente, neste momento da história da humanidade, o questionamento sobre qual é a representação social de cooperativismo, num contexto social em que, gradativamente, as relações de produção e as novas formas de organização do trabalho são concebidos e veiculados novos modos de vida, comportamentos, atitudes e valores.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

Investigar o funcionamento de cooperados de três ramos de cooperativa, suas formas de relacionamento interpessoal e, assim, construir uma análise da efetividade desta relação do cooperado com a cooperativa.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Investigar o cooperado e/ou associado no contexto grupal.

Reconhecer as motivações econômicas, sociais e psicológicas que levam uma pessoa a se associar a uma cooperativa.

Identificar qual a representação social de cooperativismo para os profissionais cooperados.

Colaborar para os estudos sobre o processo psicossocial do cooperativismo e as possibilidades de diferentes perspectivas de investigação.

5 MÉTODO

Entende-se assim sobre o papel e o valor do “[...] método científico como o conjunto de procedimentos intelectuais e técnicos adotados para se atingir o conhecimento” (GIL, 2002, p. 27). A organização desse conjunto de procedimentos fica condicionada à escolha do objeto a ser investigado. Sobre isso, Marconi e Lakatos (1999, p. 32) esclarecem que

A seleção do instrumental metodológico está diretamente relacionada com o problema a ser estudado; a escolha dependerá dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenômenos, o objeto da pesquisa, os recursos financeiros, a equipe humana e outros elementos que possam surgir no campo da investigação.

O presente trabalho apresenta o delineamento de uma pesquisa exploratória que tem como principal objetivo o aprimoramento de idéias e proporcionar maior familiaridade com o problema a ser estudado. Assim, pode-se afirmar que, para investigar os objetivos propostos acredita-se ser mais coerente e atender as características da pesquisa, a técnica do Estudo de Caso, a qual visa observar um ou poucos objetos de maneira detalhada.

Dessa forma, a metodologia qualitativa será o eixo condutor da análise dos dados, por meio da compreensão da singularidade do participante,

A pesquisa qualitativa se debruça sobre o conhecimento de um objeto complexo: a subjetividade, cujos elementos estão implicados simultaneamente em diferentes processos constitutivos do todo, os quais mudam em face do contexto em que se expressa o sujeito concreto. A história e o contexto que caracterizam o desenvolvimento do sujeito marcam sua singularidade, que é expressão da riqueza e plasticidade do fenômeno subjetivo (GONZALEZ-REY, 2002, p. 51).

5.1 LOCAL DA PESQUISA

A OCB-MS é o órgão de representação do Cooperativismo sul-mato-grossense; é sociedade civil sem fins lucrativos, filiada à OCB; constituída no dia 7 de junho de 1979, com a finalidade de integrar o sistema cooperativista sul-mato-grossense, promover e desenvolver o cooperativismo, bem como prestar serviços adequados ao pleno desenvolvimento das sociedades cooperativistas e de seus integrantes.

Durante visita à OCB-MS, foi disponibilizada a listagem de todos os ramos de cooperativas, e a partir daí, a pesquisadora identificou maior representatividade nos seguintes

no ramo agropecuário (40%), posto que a característica principal do estado seja o agronegócio; 20%, do ramo de crédito; e 15%, do ramo da saúde. Após escolher os referidos ramos, o próximo passo foi a escolha de uma cooperativa de cada ramo e, desta vez, o critério utilizado foi tempo de constituição acima de dez anos. Dessa forma, foi possível fazer a escolha de três cooperativas, apresentadas a seguir:

- a) Cooperativa de saúde – constituída em 1974, contabiliza atualmente 130 cooperados;
- b) Cooperativa de produtores rurais – constituída em 1935, atualmente com 156 cooperados;
- c) Cooperativa de crédito – constituída em 1988, atualmente possui aproximadamente 2.700 cooperados.

Na cooperativa de saúde as entrevistas foram realizadas no consultório dos cooperados. Na cooperativa de produtores rurais as entrevistas foram realizadas no pavilhão do produtor, local onde são comercializados seus produtos. Uma característica da cooperativa de crédito é que seus cooperados são funcionários públicos federais, por isso, as entrevistas foram realizadas em suas respectivas instituições de trabalho.

5.2 PARTICIPANTES

Na epistemologia qualitativa, o aspecto singular do participante da pesquisa se organiza como realidade diferenciada na história de sua constituição subjetiva. Desse modo, o conhecimento científico não se legitima pela quantidade de participantes a serem estudados, mas pela qualidade de sua expressão (GONZALEZ-REY, 2002).

A expressão individual do sujeito adquire significação conforme o lugar que pode ter em determinado momento para a produção de idéias do pesquisador. A informação expressa por um sujeito concreto pode converter-se em um aspecto significativo para a produção de conhecimento, sem que tenha que repetir-se necessariamente em outros sujeitos (GONZALEZ-REY, 2002, p. 35).

Dessa forma, justifica-se que a escolha do número de participantes da pesquisa não

priorizou a quantidade de participantes, mas sobretudo, a qualidade do conteúdo expresso nas entrevistas realizadas.

Gil (1994, p. 104) explica quanto à seleção dos participantes para pesquisa, que “[...] na amostragem por acessibilidade o pesquisador seleciona os elementos a que tem acesso, admitindo que estes possam de alguma forma, representar o universo; este tipo de amostragem aplica-se em estudos qualitativos”.

Portanto, foram escolhidos para participar dessa pesquisa seis cooperados, dois de cada cooperativa, sendo cinco homens e uma mulher, entre 36 e 67 anos, cinco participantes com nível superior e um participante com primeiro grau completo, apresentados no Quadro 4.

QUADRO 4 - Perfil dos participantes

Participante	Perfil			
	Idade (anos)	Sexo	Escolaridade	Ramo da cooperativa
A	64	Masculino	1º grau completo	Cooperativa de produtores rurais
B	57	Masculino	3º grau (agrônomo)	Cooperativa de produtores rurais
C	67	Masculino	3º grau (dentista)	Cooperativa de saúde
D	36	Masculino	3º grau (dentista)	Cooperativa de saúde
E	51	Feminino	3º grau (graduação de professores)	Cooperativa de crédito
F	39	Masculino	3º grau (administrador)	Cooperativa de crédito

Fonte: dados resultantes da pesquisa, 2007.

A escolha dos cooperados teve como critério o tempo de adesão à cooperativa, tanto o de menor tempo, ou seja, o que ingressou recentemente, quanto o que está há mais tempo. Somente na cooperativa de saúde que foi possível identificar um cooperado com aproximadamente dois anos de adesão, nas demais, o mais recente cooperado tinha no mínimo sete anos de adesão.

Em cada cooperativa, houve um funcionamento peculiar em relação ao acesso aos

cooperados. É importante salientar que a pesquisadora não observou algum processo de resistência das cooperativas, porém a forma que cada uma se organiza caracteriza, portanto, seu próprio funcionamento. Assim, cada cooperativa disponibilizou o acesso aos cooperados de maneira peculiar ao seu funcionamento, embora todas demonstrassem empenho em colaborar com a pesquisa.

O processo de escolha dos nomes dos participantes procedeu-se em forma de sorteio, com exceção da cooperativa de produtores rurais, a qual não possuía uma listagem.

Na cooperativa de produtores rurais, um técnico se dispôs a acompanhar a pesquisadora até o pavilhão do produtor, localizado na Central de Abastecimento de Mato Grosso do Sul (CEASA-MS), pois este é o local onde seria possível encontrar todos os produtores, ou a grande maioria.

5.3 INSTRUMENTO

A escolha de um instrumento para a realização da pesquisa deve ser coerente com a realidade do pesquisador, suas possibilidades, e principalmente estar consonante com os pressupostos metodológicos pelos quais se optou.

Dessa forma, o instrumento selecionado para a coleta de dados foi a entrevista, considerada importante técnica em pesquisa científica, e tem por objetivo coletar dados por meio de encontros entre pesquisador e participante da pesquisa de maneira metódica, proporcionando ao entrevistador as informações necessárias, obtendo dados objetivos e subjetivos (valores, atitudes, opiniões) do entrevistado.

Bleger (1998, p. 3) a classifica a entrevista aberta com “[...] flexibilidade suficiente para permitir, na medida do possível, que o entrevistado configure o campo da entrevista segundo sua estrutura psicológica particular [...]”. A partir disso, percebe-se que deve haver uma pertinência na elaboração do instrumento de pesquisa de acordo com os objetivos propostos.

Nesta pesquisa, utilizou-se a entrevista semi-estruturada, com um roteiro de perguntas abertas, permitindo dessa forma, que o entrevistado se expressasse livremente dentro do roteiro previamente organizado, mas também consentindo, se necessário, a inclusão de temas que fossem demandados pelos participantes (APÊNDICE A).

É importante ressaltar que todas as entrevistas, acompanhadas pela observação simples em que o pesquisador é mais um espectador do que ator, foram realizadas no próprio ambiente do entrevistado.

5.4 ANÁLISE DOS DADOS

Assim como as etapas anteriores já descritas, esta é uma importante etapa da pesquisa científica, na qual cuidados especiais devem ser tomados para reger os dados coletados. Aqui o pesquisador deve ter habilidade para discernir seus conteúdos subjetivos, assim como para administrar sua ansiedade na interpretação do material coletado. Sabe-se que o envolvimento emocional do pesquisador com seu campo de trabalho é inevitável, não obstante esta é a peculiaridade da pesquisa nas Ciências Sociais, pois trata-se de uma realidade da qual as próprias pessoas, enquanto seres humanos, são agentes, segundo Minayo (1994).

De acordo com Grubits e Darrault-Harris (2004, p. 110)

[...] os investigadores são ativos descobridores dos significados das ações e das relações que se ocultam nas estruturas sociais, sendo parte fundamental da pesquisa qualitativa. Devem, preliminarmente, despojar-se de preconceitos e predisposições para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem precipitar explicações, conclusões e resultados, pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos.

Os aspectos descritos acima devem ser considerados no que se refere à parte operacional desta etapa, sobre a qual Minayo (1994, p. 26) elucida que “O tratamento do material nos conduz à teorização sobre os dados, produzindo o confronto entre a abordagem teórica anterior e o que a investigação de campo aporta de singular como contribuição”, exigindo dessa forma preparo e habilidade do pesquisador ao lidar com os dados coletados.

Esse processo compara-se à construção de um mosaico, que, analogamente, é montado peça a peça, a qual primeiramente deverá passar por uma ordenação, classificação, análise, e com isso, poder dar forma e sentido ao material coletado e ao referencial teórico pesquisado.

O processo de ordenação dos dados envolve a transcrição das entrevistas gravadas (APÊNDICE C), releitura do material, organização dos relatos, e se necessário, dos dados observados além dos relatos. Para o processo de classificação, a elaboração de idéias centrais

dos dados servirá como um “encaixe de peças semelhantes” de acordo com a analogia descrita acima. Por fim a análise, propriamente, na qual se busca realizar a associação entre os dados analisados e o referencial teórico. Dessa forma, segundo Minayo (1994, p. 79) “[...] promovemos relações entre o concreto e o abstrato, o geral e o particular, a teoria e a prática”.

Por fim conta-se com a contribuição reflexiva de Demo (2001, p. 33-34) que sinaliza os conteúdos subjacentes presentes no processo de análise dos dados,

[...] Científico não é o que foi verificado [...] mas o que se mantém “discutível”. A rota qualitativa, sem desprezar a quantitativa, aposta em consensos possíveis e provisórios em torno da informação, tomando a sério o processo de reconstrução. Toda análise qualifica, não desfaz o mistério da comunicação e da consciência humanas. A possibilidade do entendimento vem da variação interpretativa, não de padronizações únicas. Sentidos únicos da fala seriam perturbações neuróticas ou prepotentes, não o resultado da comunicação crítica. Certeza temos apenas da incerteza. O que alguém queria de verdade dizer em seu depoimento permanece mistério indevassável, porque nem o analista consegue deslindar de todo as entranhas da fala, nem o depoente sabe totalmente de si para garantir que disse o que realmente queria dizer... É possível dissolver a fala em fiapos esqueléticos codificados, como uma gramática fria, mas a ossatura nem de longe é a pessoa, assim como os códigos genéticos não explicam a personalidade individual. A fala é jogo de sujeitos, cercados de manhas e artimanhas, influências e contra-influências, meneios e trejeitos, todos com algum significado. Da interpretação só podemos fazer outra interpretação. ... O que nos parece evidente não é evidente em si, mas só porque caiu na malha da nossa interpretação prévia, onde faz sentido. Pois é possível falar deixando de falar: há silêncios eloqüentes, como há ausências clamorosas. O analista qualitativo observa tudo, o que é ou não dito: os gestos, o olhar, o balançar da cabeça, o meneio do corpo, o vaivém das mãos, a cara de quem fala ou deixa de falar, porque tudo pode estar imbuído de sentido e expressar mais do que a própria fala. Pois comunicação humana é feita de sutilezas, não de grosserias. Por isso é impossível reduzir o entrevistado a objeto.

5.5 PROCEDIMENTO

Primeiramente a pesquisadora entrou em contato via telefone com a OCB, região de Mato Grosso do Sul, órgão responsável pelas cooperativas deste Estado, explicando a finalidade do trabalho e os objetivos da pesquisa, e prontamente foi agendada uma reunião com técnico responsável pelos programas de capacitações dos cooperados.

Hoje são 86 cooperativas filiadas à OCB, algumas em fase de registro, outras em fase de constituição, outras constituídas, mas que ainda não têm o registro na OCB, totalizando em torno de 100 cooperativas no estado.

Com todas as cooperativas o procedimento foi o mesmo: contato via telefone, visita a instituição para esclarecimento sobre a pesquisa, autorização e assinatura do formulário do Conselho Nacional de Ensino e Pesquisa (CONEP) e posteriormente o agendamento das entrevistas.

Após a realização das entrevistas, foram feitas as análises, e posterior à aprovação desta dissertação, será feita uma devolutiva às cooperativas, assim como à OCB, com o intuito de contribuir, de alguma forma, para futuros trabalhos e fortalecimento das instituições cooperativistas.

5.6 ASPECTOS ÉTICOS

Procurando atender os princípios éticos de uma investigação científica, houve um cuidado em propiciar um clima favorável para a realização das entrevistas, contemplando o que Minayo (1994, p. 55) ressalta que é “[...] fundamental consolidarmos uma relação de respeito efetivo pelas pessoas e pelas suas manifestações no interior da comunidade pesquisada”.

A pesquisa atende os aspectos éticos contemplados na Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996, do Conselho Nacional de Saúde (CNS), que trata dos cuidados necessários de pesquisa realizada com seres humanos, bem como na Resolução n. 016, de 20 de dezembro de 2000, do Conselho Federal de Psicologia (CFP) (BRASIL, 1996, 2000).

Dessa maneira, utilizou-se o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE B), no qual os participantes foram informados quanto à finalidade e à proposta da pesquisa e quanto à opção em escolher participar ou não, evitando o caráter de obrigatoriedade da participação. Explicou-se ainda que será resguardada a identidade dos participantes por meio do sigilo, evitando dessa forma identificá-los. É importante salientar que todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido em duas vias, autorizando a gravação e divulgação dos dados com a preservação do anonimato.

6 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Conforme descrito no procedimento, as três cooperativas selecionadas demonstraram características próprias de funcionamento, ressaltando algumas peculiaridades apresentadas a seguir.

Na cooperativa do ramo da saúde, o acesso aos cooperados procedeu-se da seguinte maneira. No primeiro contato com a responsável pela cooperativa, ela disse que a pesquisadora poderia ter acesso à listagem dos cooperados por meio do site da cooperativa. Após a pesquisadora escolher alguns nomes por sorteio, solicitou à cooperativa que identificasse os cooperados mais antigos e os mais recentes. Feito isso, o contato foi realizado primeiramente por telefone, não havendo nenhum tipo de dificuldade, já que os cooperados escolhidos demonstraram interesse e disponibilidade, agendando prontamente a entrevista. As entrevistas foram realizadas no consultório dos cooperados por meio de prévio agendamento.

No contato realizado com a cooperativa do ramo de crédito, inicialmente houve uma falha de comunicação, pois a secretária do presidente da cooperativa havia entendido que ele deveria indicar os cooperados para participarem da pesquisa. Após ser esclarecida a necessidade de a escolha ser feita pela pesquisadora, a cooperativa orientou para que o acesso aos cooperados fosse por meio da OCB, devido ao fato de não existir uma lista disponível em site como na cooperativa de saúde, e de os cooperados não ficarem concentrados em um único local como na cooperativa de produtores rurais. Dessa forma, a OCB enviou vários nomes de cooperados mais antigos e mais recentes para que a pesquisadora fizesse sua própria escolha. Após feita a escolha dos nomes por sorteio, a pesquisadora entrou em contato via telefone, agendou a entrevista conforme disponibilidade do cooperado. É importante salientar que não houve resistência dos cooperados em participar da pesquisa.

Na cooperativa de produtores rurais, o procedimento aconteceu de maneira diferente, já que não foi possível um contato prévio conforme aconteceu nas cooperativas de saúde e crédito. Vale destacar como procedeu o contato com os produtores e a escolha dos participantes devido a peculiaridade da situação.

A pesquisadora chegou ao pavilhão do produtor e foi recebida pelo gerente que após breve apresentação, disse que ficasse à vontade e que poderia conhecer o local, caso o desejasse. Então, após caminhar pelo pavilhão, os seguintes aspectos foram observados: os produtores estão dispostos em pequenos espaços denominados como “pedra”, os quais são alugados de acordo com a classificação: produtor cooperado, produtor não cooperado, e

somente comerciante, ou seja, não são produtores rurais, comercializam outros produtos (artesanatos, doces, etc.). Para os produtores cooperados, o valor do aluguel é diferenciado, pagam um valor aquém dos demais. Nesses espaços, cada um comercializa sua própria produção (verduras, frutas, legumes, ovos, entre outros). É importante ressaltar que o pavilhão é administrado pela cooperativa, ou seja, é independente da administração da CEASA.

O técnico da cooperativa apresentou a pesquisadora aos cooperados que estavam em seus respectivos espaços. Após apresentação, a pesquisadora explicava a finalidade da pesquisa e, a partir dessas informações, o cooperado manifestava seu interesse em participar. Pode-se afirmar que, inicialmente, a pesquisadora encontrou dificuldades para adesão à pesquisa, mediante a resistência e a recusa de alguns cooperados. Considerou-se a própria circunstância em que se encontravam, pois estavam em pleno fluxo de trabalho: atendendo clientes, organizando mercadorias, enfim, estavam ocupados. Porém, uma característica chamou a atenção da pesquisadora quanto à reação dos cooperados. Com a finalidade de conservar o anonimato dos produtores, serão utilizados nomes fictícios.

O primeiro, Sr. Lauro apresentou grande resistência em participar alegando não “saber falar”, então conversamos informalmente: era um senhor de aproximadamente 60 anos, japonês, falava muito baixo. Quando lhe perguntei sobre o que era cooperativismo para ele, ele disse não saber; conversamos sobre sua produção (que eram hortaliças e alguns legumes), e ele reclamou muito sobre as chuvas que estavam prejudicando na qualidade dos produtos e, conseqüentemente, o prejuízo na venda. No final da conversa ele recusou fazer parte da pesquisa. O segundo cooperado, Sr. João disse não ter tempo, pois tinha que resolver assuntos pessoais.

O terceiro cooperado, Sr. Claudio, aceitou participar da pesquisa, após vencer uma resistência inicial. No primeiro momento, apresentou a mesma reação do Sr. Lauro e disse não “saber falar” e então conversamos informalmente. Em determinado instante ele disse em forma de ‘brincadeira’ que “Os diretores da cooperativa ganham dinheiro, mas não repassam aos associados, que os associados estão todos quebrados [sic]”. Inicialmente Sr. Claudio não quis que gravasse a entrevista, alegando não gostar dessas coisas, mas depois de explicar detalhadamente sobre o assunto que seria abordado, aceitou e respondeu com um discurso que, em alguns momentos, parecia “ensaiado”.

O quarto, Sr. André, inicialmente também não aceitou participar da entrevista, então

conversamos informalmente. Comentou que existe jogo de interesse entre a Cooperativa e alguns produtores, não há atendimento igualitário para todos os cooperados, não existe uma atitude de cooperação nem da cooperativa com os cooperados, nem entre os cooperados. No final da conversa ele disse que poderia participar de minha pesquisa e que poderíamos agendar para outro dia (devido o adiantado da hora). É importante destacar que após eu ter explicado detalhadamente que eu não tinha nenhum tipo de vínculo com a cooperativa, ele ficou mais à vontade para falar.

Após essas considerações quanto ao primeiro contato com os participantes da pesquisa, serão apresentados fragmentos das entrevistas com respectivas interpretações, onde se procurou analisar as idéias centrais presentes nas falas dos participantes.

6.1 SOBRE A CONCEPÇÃO DE COOPERATIVISMO

Ao analisar a concepção sobre cooperativismo presente nas falas dos cooperados pode-se identificar a potência do grupo nas relações sociais. A presença da idéia de que o cooperativismo é a união de pessoas, com objetivo de ajudarem-se mutuamente, atendendo as necessidades da sociedade, evidenciam-se nas falas descritas a seguir:

O cooperativismo, na minha concepção, é onde as pessoas se é... associam algumas pessoas com um objetivo em comum né..., é uma questão da ajuda mútua, da cooperação, onde as pessoas estão sempre se preocupando com o próximo é [...] é a questão da ajuda mútua, da cooperação, de tá nessa união prá fica todo mundo junto pra alcançar um objetivo, e que seja a contento do grupo. (Participante E, cooperativa de crédito)

Associação de pessoas com um... interesse em comum, que se unem né, pra tirar melhor proveito disso... No meu ver é assim, pra facilitar esse acesso a essa... esse elo entre o serviço crédito né e o... o associado, pra facilitar esse meio termo, tirando benefício pra gente, lógico, dividindo entre todos ali e não fica centralizado esse resultado com 1, 2 3 ali... (Participante F, cooperativa de crédito)

É... no meu ponto de vista é uma reunião de elementos que se reúnem voluntariamente, para a causa do bem comum, isso é o meu ponto de vista [...] que se reúnem voluntariamente é..., para desempenhar uma função na área da saúde ou em outras áreas, para o bem comum, para a sociedade. (Participante C, cooperativa de saúde)

[...] é a força que nós todos unimos prá fazer alguma coisa... (Participante A, cooperativa de produtores rurais)

De maneira explícita, a presença de expressões como “ajuda mútua”, “preocupar-se com o próximo”, “causa do bem comum”, remete à força e à importância do grupo e da ação coletiva como mola propulsora do desenvolvimento da sociedade. Dessa forma, pode-se afirmar que o grupo social revela-se importante elemento no desenvolvimento humano.

Nessa perspectiva, entende-se que a busca pela formação de agrupamentos é própria do ser humano, que genuinamente é um ser social. Na história da humanidade, de acordo com Cotrim (1997, p. 238) “O filósofo grego Aristóteles afirmava que o homem, por natureza, é um ser social, pois, para sobreviver, não pode ficar completamente isolado de seus semelhantes.” Na perspectiva interacional, Rossetti-Ferreira, Amorim e Silva (2004, p. 23) também sinalizam que os processos do desenvolvimento humano “[...] são concebidos como se dando, durante todo o ciclo vital, nas e por meio das múltiplas interações estabelecidas pelas pessoas em contextos social e culturalmente organizados”.

Perante essa análise, pode-se dizer que fazer parte de um grupo e sentir pertencente a ele poderá ser um componente motivacional que leva uma pessoa a associar-se a uma cooperativa. Nesse sentido, abre-se uma possibilidade para inferir que o conteúdo das falas enfatiza a importância do grupo cooperativo com o objetivo de manter a noção doutrinária construída inicialmente na história do cooperativismo. Em outras palavras, a Representação Social de cooperativismo está relacionada aos aspectos históricos e subjetivos construídos na relação com o real, ou seja, participar da ação coletiva como os pioneiros de Rochdale, poderá ser a força mantenedora do aspecto doutrinário do cooperativismo.

Contudo aparece outra percepção de cooperativismo que sinaliza uma contraposição à concepção anterior.

É um agrupamento de pessoas, com o mesmo fim... com o mesmo objetivo... mas que na prática nem sempre funciona assim... (Participante D, cooperativa de saúde)

Eu acho que a cooperativa deveria ser uma empresa onde todos cooperados fossem donos, né, todos cooperados incluíssem na direção da cooperativa, aí teria que defender o interesse de todos eles, por igual, uma coisa democrática, deveria ser assim, né, uma coisa que sozinho seria mais difícil, né aí juntando seria mais fácil, ... só que na realidade sempre aparece uma panelinha, não há uma alternância na direção, tem um grupo que entra na

direção e permanece por ali, né. (Participante B, cooperativa de produtores rurais)

Segundo Pinho (1982, p. 64), “O ‘homem cooperativo’ é apenas uma abstração que permanece no campo do comportamento ideal, desvinculado da realidade sócio-econômica”. Mediante essa colocação surge a seguinte reflexão: o cooperado acredita na força do grupo, na ajuda mútua, no bem comum ou seria apenas a reprodução de uma fala socialmente construída para a manutenção do aspecto doutrinário do cooperativismo?

Na tentativa de responder esse questionamento, novas reflexões aparecem: estará dissociada a ideologia doutrinária do cooperativismo da prática cooperativista?

Sem a pretensão de responder as referidas reflexões de maneira precoce, parece haver duas possibilidades de concepção de cooperativismo: a primeira, resguarda e protege o aspecto ideário do cooperativismo – a união, a solidariedade, o bem comum – a segunda questiona a possibilidade da existência de um cooperativismo genuíno, ou seja, da participação democrática e igualitária preconizada pelo pensamento cooperativista.

6.2 AFINAL, PORQUE ASSOCIAR-SE A UMA COOPERATIVA?

A história individual dos participantes com suas respectivas cooperativas apontam os fatores motivacionais envolvidos na busca por associar-se a uma cooperativa. Nas falas apresentadas a seguir, evidenciam-se novamente dois pólos: um sinaliza a proposta ideológica da prática cooperativista e o outro uma prática dissociada do ideário cooperativista.

Eu participei da cooperativa, da fundação da cooperativa em 74, né, então cheguei a exercer cargos, mas não a presidência, i é... sempre estive ligado a ela. Momentaneamente eu faço parte do conselho fiscal, já pela segunda vez, e apesar da gente sempre dizer agora não vou trabalhar mais, mais sempre a gente ta participando i também participo porque gosto, mas não gosto de estar assim na cabeça, gosto de estar por baixo, assessorando, nos bastidores, nada de aparecer... Na ocasião, nós tínhamos um grupo de colegas assim bastante unidos e que é... eles estavam na direção da nossa associação, antigamente era ACCD - Associação Campograndense de Cirurgiões Dentistas né, i esse contato com a Associação nos levou a fundar a Cooperativa, baseado em experiências ocorridas em Santos São/Paulo né, então o colega presidente na época dr. X esteve lá, trouxe as normas para a fundação da cooperativa e a gente fundou e estamos aí na luta até hoje, então eu sou sócio fundador da Cooperativa. (Participante C, cooperativa de saúde)

Eu to aqui na Universidade há uns 7 anos, acho que faz uns 5 anos que eu sou associada, porque que eu procurei? Porque também me identifiquei né, com essa questão... e sempre sem saber se é assim uma cooperativa é uma coisa, sempre eu trabalhei nesse sentido como eu trabalhava no outro ministério, então a gente sempre procurava é fazer alguma coisa e procurava saber se o grupo desejava, se era objetivo do grupo, “vamos unir para fazer algo”, então sempre foi uma proposta desde a infância, então eu tinha na veia essa questão do associativismo e cooperativismo e as vezes nem sabia que isso chamava cooperativismo e já praticava isso, já praticava desde pequena em família né então chegando aqui e conhecendo a cooperativa eu também fiquei encantada com esse trabalho da ajuda mútua, da... da questão de estar disseminando essa filosofia de amar o próximo, de ajudar o próximo nesse sentido, aí há 5 anos resolvi me associar e trabalhar em prol é.. dessa comunidade né. (Participante E, cooperativa de crédito)

Quando eu tive conhecimento da cooperativa, eles estavam montando... Olha, o pessoal que tava dentro né, era tudo amigo de ir na casa do outro, de jogar bola juntos, aí o pessoal tava entrando, sabe aquela coisa assim, aquela onda, é moda entrar na cooperativa. (Participante F, cooperativa de crédito)

As falas apresentadas representam o pólo que contempla as motivações psicossociais na busca por associar-se a uma cooperativa. Existe uma identificação com a proposta associativista, que aparece por meio de uma demanda em pertencer a uma identidade grupal, com o mesmo conteúdo ideológico. As expressões retiradas das falas representam este conteúdo: “estamos aí na luta até hoje”, “vamos unir para fazer algo”, “era tudo amigo de ir na casa do outro”, “também participo porque gosto”, “então eu tinha na veia essa questão do associativismo e cooperativismo e as vezes nem sabia que isso chamava cooperativismo e já praticava isso”.

O conteúdo expresso representa uma peculiaridade: a identificação daquilo em que realmente acredita e que faz parte de sua história pessoal, como também do processo de construção de identidade pessoal e grupal por meio da relação com o outro.

A escolha por entrar para a cooperativa sinaliza a forte influência do grupo por meio do vínculo construído, ou seja, os indicadores motivacionais para adesão à cooperativa estão pautados no espaço relacional do cooperado e sua relação com o outro.

Já nas falas seguintes evidencia-se a necessidade econômica para atender uma demanda individual sem estar necessariamente vinculada a algum conteúdo ideológico.

[...] A minha história é... quando eu comecei a plantar, eu comecei a procurar como escoar a minha produção. Eu comecei a vender em particular, eu por mim mesmo e eu não conseguia assim tipo, escoar minha produção. Nisso o pessoal da cooperativa me chamou e entendi mais ou menos o que era, que era é..., um ajudando o outro, cooperativa ajudando nós e a cooperativa tinha condição de escoar minha produção e fui junto com eles me associei e fiquei cooperado prá mim é... escoar minha mercadoria na verdade, é. (Participante A, cooperativa de produtores rurais)

Quando decidi trabalhar com horta propriamente, eu tinha que ter uma base, um norte, aí a única coisa que tinha era a cooperativa... Procurei entrar na cooperativa pra ter um apoio, um ponto de apoio, ter uma referência, né. Lá no CEASA, que é onde a gente comercializa, naquele pavilhão que a gente conversou, no pavilhão da cooperativa é da cooperativa, é ela que cobra caro por sinal, pela pedra. (Participante B, cooperativa de produtores rurais)

Eu entrei na cooperativa pelo seguinte, eu não sou da cidade, né. Cidade pequena, todo mundo conhece todo mundo, indicação, então eu tinha necessidade de abrir uma porta para as pessoas me indicarem... pra conhecer pessoas, apesar do valor que está bem aquém do que eu cobro particular, mas é uma porta né. (Participante D, cooperativa de saúde)

O conteúdo apresentado nas últimas falas parece mostrar que a cooperativa é um meio para atender a demanda pessoal, de que pertencer a um grupo por meio da representatividade é apresentado como uma alternativa para sobreviver ao sistema capitalista, representando a idéia de que, se estiver em conjunto, há mais chances de sobreviver. Dessa forma, a escuta desse conteúdo expresso codifica-se em uma Representação Social de que o cooperativismo protege o indivíduo por meio do grupo, ou seja, a busca do indivíduo pela cooperativa não visa fortalecer o grupo, mas sim se fortalecer individualmente.

Nessa perspectiva, Pinho (1982, p. 66) argumenta que

O cooperado não está preocupado com a reforma moral do homem, a correção de distorções ou a mudança do sistema econômico em que vive. Está apenas interessado em realizar sua atividade econômica com mais eficácia e é neste sentido que busca a ação cooperativa.

Sobre isso Gonçalves (2002) contribui com sua análise sobre a expressão do sujeito na contemporaneidade, que tem como pano de fundo, as transformações sociais as quais se configuram as novas características das relações de trabalho. Surge, então, um questionamento: a polaridade expressa no conteúdo das falas dos cooperados compõe este cenário retratado pela autora sobre as modificações das relações de trabalho?

Esta reflexão aponta a próxima idéia discutida, que desenha as possibilidades do cooperativismo nesse cenário de metamorfoses sociais.

6.3 SER OU ESTAR COOPERADO: UMA DISCUSSÃO SOBRE AS POSSIBILIDADES DO COOPERATIVISMO

Segundo Guareschi (2001) o ponto nevrálgico da prática cooperativista é a condição que o cooperado assume. Para esse autor, apropriar-se dessa condição é sair da ignorância que o submete a uma relação de dominação, ou seja, o cooperado se mantém passivo e alienado frente à cooperativa. Daí a importância da educação cooperativista como meio de desobstruir a auto-percepção do cooperado em relação ao seu papel, como também, poder atuar em consonância com o ideário cooperativista.

Contudo, na perspectiva de Pinho (1982, p. 75) essa não é uma questão de passividade, mas sim de outra possibilidade da condição do cooperado; em suas palavras explica os seguintes pressupostos: “As cooperativas são agrupamentos de indivíduos que defendem seus interesses econômicos individuais por meio de uma empresa que eles mantêm conjuntamente”. É possível observar que nessa perspectiva não há qualquer conteúdo ideológico presente na proposta cooperativista, mas sim a viabilidade econômica.

Para discutir e identificar essas condições nas falas dos participantes da pesquisa a autora desse estudo denominou ‘cooperado-cooperador’ aquele que vivencia a cooperativa na qualidade de sócio-proprietário, criando, portanto uma identidade de ‘ser cooperado’. Identificado na condição de ‘estar cooperado’ a pesquisadora denominou ‘cooperado-participante’ aquele que participa sem, contudo, envolver-se com os assuntos da cooperativa, caracterizando-o mais como cliente do que sócio-proprietário.

As seguintes falas retratam as referidas condições:

Normalmente a gente se encontra nas reuniões na cooperativa, e marcam as assembleias, mas o cooperado é um pouco disperso, normalmente ele só comparece quando é intimado. Espontaneamente é um grupinho, são sempre os mesmos, então a diretoria as vezes encontra dificuldade em arrumar elementos para participar da direção, a maioria não quer participar, não querem se envolver, mas é lamentável porque sobrecarrega os colegas, outros ficam só esperando os resultados, mas trabalhar, poucos

querem. Na capital há mais de mil profissionais, é uma pena que os colegas não entendem o cooperativismo, é uma pena. Nas assembleias participam 30, 40 quando muito 50, na última assembleia não chegou a isso, infelizmente. Depois vêm as reclamações... (Participante C, cooperativa de saúde)

Olha, a gente faz o possível pra fazer a questão do encontro, porque no Brasil ainda a questão do cooperativismo e o associativismo é uma coisa assim muito incipiente né, você vê em outros países. É muito pequena essa parcela, porque muitas vezes eu me ponho também como brasileira, a gente fala é... verbaliza muito sobre cooperativismo, associativismo mais na hora da ação, nossa atitude ainda tá arraigada essa questão do capitalismo selvagem, do vamos tirar vantagem sabe? Então ainda percebo ainda isso nas pessoas, as pessoas tão no movimento e de repente tem um desvio e mostra realmente que a nossa atitude realmente as vezes ainda está muito aquém ainda da questão do cooperativismo na sua essência, tá. (Participante E, cooperativa de crédito)

Na escuta dessas falas parece haver um reclame quanto ao funcionamento do ‘cooperado-participante’ que se relaciona com a cooperativa muito mais na condição de usuário do que de sócio-proprietário, já que delega a responsabilidade da gestão a um pequeno grupo, quem sabe, por comodidade, dificuldade de assunção de papéis, ou até mesmo, desinformação sobre sua condição de associado. Na perspectiva de Guareschi (2001) essa condição está relacionada à desinformação e alienação do cooperado em relação aos seus direitos. Porém, essa característica pode ser entendida sob o ponto de vista de Pinho (1982) quanto ao aspecto dissociado do conteúdo doutrinário do cooperativismo, onde se prioriza os fatores econômicos ao participar de uma cooperativa, , identificadas na fala abaixo:

A minha vantagem é: uma que eles dão apoio pra mim, se eu preciso de dinheiro eles dão, fornecem adubos, venenos esse tipo de coisa, então pra mim que eu estava num, num ágio, hoje também sou quebrado, mas naqueles tempo era bem pior e hoje a cooperativa me ajuda bastante e eu agradeço bastante eles [...]. (Participante A, cooperativa de produtores rurais)

Quando a fala apresenta-se dissociada da vivência, ou seja, apenas um discurso pronto, porém não vivenciado, caracteriza-se o ‘cooperado-participante’ já que sua prática é voltada simplesmente para uma participação em um grupo de pessoas da mesma organização. Este é o caráter de participação do ‘cooperado-participante’, o que justifica que sua adesão a uma cooperativa não está condicionada a valores cooperativistas.

Do ponto de vista de um ‘cooperado-participante’, existe uma justificativa para não

envolver-se no funcionamento da cooperativa, referindo-se ao domínio político na gestão da cooperativa, isentando-se de sua co-responsabilidade na condição de sócio-proprietário:

Ali reúne poucos e esses poucos são os que dominam a cooperativa, quer dizer, tudo que eles falam é feito e pronto é tudo aprovado. Então não faz diferença reunir todo mundo... Ultimamente nem vou nas reuniões... só perder tempo, aí fico em casa, descansando. Eles acabam tudo que eles querem aprovando, uma conta, essas coisas, é tudo aprovado, não muda nada. (Participante B, cooperativa de produtores rurais)

[...] Agora que eu vou lá conversar com a administradora; agora você vai perguntar “Pô! você fez alguma coisa pra entrar dentro desse grupo?” não, não fiz, tem um lado meu falho, que não justifica o fato deles não encaminharem pacientes, mas de repente vamos ver o que vai rolar, agora eu vou conversar pra vê se rola alguma coisa... (Participante D, cooperativa de saúde)

Quanto ao ‘cooperado-cooperador’ uma característica que o identifica é a condição de que ele se apropria como sócio-proprietário da cooperativa. Sua percepção e sua postura são condizentes com o papel de sócio-proprietário no sentido de assumir a responsabilidade da condição de gestor de seu próprio negócio, ou seja, arcando com o ônus e o bônus da gestão:

Eu falo pra minha esposa assim ‘eu sou banqueiro, eu tenho um banco’ eu acho que tenho que ficar cuidando, tenho que dar uma olhada, é muita responsabilidade, você tem que cuidar, eu quero que a cooperativa de certo. (Participante F, cooperativa de crédito)

O ‘cooperado-cooperador’ apresenta, o que Temp (2004) denomina como formação associativista e vocação democrática, ou seja, essas características existem independentemente da pessoa fazer parte de uma empresa-cooperativa, empresa-mercantil ou outras formas de organização. Dessa maneira, foi possível observar que parece haver uma relação intrínseca das características do ‘cooperado-cooperador’ com as tendências do cooperativismo contemporâneo que é a profissionalização da gestão (perfil empreendedor e qualificação profissional), a intercooperação, a educação e formação cooperativista e a responsabilidade social (interesse pelo desenvolvimento da comunidade). Portanto o que define o ‘cooperado-cooperador’ é a coerência do que ele sabe, fala e principalmente faz, ou seja, sua vivência pessoal e profissional em consonância com os princípios cooperativistas.

Para ser ‘cooperado-cooperador’, é necessário que haja um sentido, um significado

maior que simplesmente um papel formal, o que Temp (2004, p. 96) define como “[...] não é possível apenas estar, mas é necessário ser cooperativista”.

O que fica então é que a polaridade identificada nas idéias anteriores é se mostra possível, pois parece haver o dilema do cooperado em conciliar os aspectos doutrinários do cooperativismo com a prática da empresa-cooperativa e que é na figura do ‘cooperado-cooperador’ que se identifica a possibilidade de conciliar a prática com os princípios cooperativistas. Contudo, a figura do ‘cooperado-participante’ também representa a prática cooperativista, porém desprovida da ideologia da doutrina do cooperativismo, o que não anula a possibilidade de existir essa forma de vivenciar o cooperativismo.

6.4 BREVES CONSIDERAÇÕES

No questionamento feito inicialmente sobre qual a concepção de cooperativismo para o cooperado, pode-se constatar, a partir do conteúdo analisado, que existe uma fala socialmente construída que se preocupa com o aspecto doutrinário do cooperativismo, fundada na ação coletiva, na igualdade, na lealdade econômica, na ação democrática e em todos os demais princípios universais do cooperativismo, porém parece existir um confronto entre “o que deveria ser” e “o que é” (TEMP, 2004).

Foi possível identificar que os cooperados do ramo agropecuário (participantes A e B, produtores rurais) apresentaram características da condição de estar cooperado, demonstrando interesse em atender sua própria demanda, sem priorizar os aspectos ideários do cooperativismo. Infere-se que apesar de ser um ramo muito mais próximo aos ardis da estrutura capitalista, os cooperados entrevistados do ramo de crédito (participantes E e F) apresentaram características mais próximas da condição de ser cooperado. No ramo da saúde, foi possível observar a diferença de percepção dos dois cooperados entrevistados, posto que o participante D, com menos tempo de adesão a cooperativa demonstrou mais características de um ‘cooperado-participante’ e o participante C, que participou da fundação da cooperativa, evidenciou características de um ‘cooperado-cooperador’.

Em linhas gerais, as idéias que surgiram a partir da análise do material, compreendidas na concepção de cooperativismo, motivos para associar-se a uma cooperativa e as condições de Ser ou Estar cooperado, parece haver um ajuste entre o aparelho ideológico do

cooperativismo ao modo de produção capitalista, justamente para que seja possível uma convivência compatível econômica, social e psicológica.

Essa compatibilidade será responsável pelo desenvolvimento do pensamento cooperativo em qualquer regime econômico, seja ele capitalista, embasado na iniciativa privada e na economia de mercado; socialista, de economia centralizada, integral ou parcialmente planejada; seja misto, com todas as possíveis combinações entre os mais variados sistemas de economia centralizada e descentralizada (PINHO, 1982).

Com essa realidade, as cooperativas atuais tentam conciliar “[...] os ideais doutrinários da cooperativa dentro dos limites impostos pela racionalidade econômica e administrativa de uma empresa” (PINHO, 1982, p. 67).

Este parece ser o cenário das cooperativas na contemporaneidade. Rodrigues (2001 apud TEMP, 2004, p. 93) defende que

[...] a capacitação e a sintonia com as mudanças e transformações do nosso tempo como fórmula para o sistema cooperativista desenvolver-se nesse ambiente hostil da globalização e à mercê da competição internacional. Por isso e para cumprir seu papel social e econômico, a cooperativa precisa ser competitiva e eficiente porque o mercado não distingue empresas mercantis de empresas cooperativistas.

Essa eficiência sugere incluir não somente aspectos técnicos, como capacidade gerencial, mas especialmente uma sensível formação, concepção e vivência da ética cooperativista, resgatando dessa forma a condição fundamental das interações sociais.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No início deste trabalho, na investigação sobre a literatura referente ao tema cooperativismo, a idéia que balizava o pensamento da pesquisadora era restrita quanto à complexidade estrutural que o movimento cooperativista transporta em sua história. As expressivas mudanças na história da humanidade, desde os tempos primórdios até os dias atuais revelam as transformações na forma de organização da sociedade.

Vale à pena considerar que historicamente o movimento cooperativista, no final do século XIX, ensejou se tornar uma doutrina econômica e social como o Socialismo e o Capitalismo, defendendo a tese de que a sociedade fragmentava-se decorrente dos interesses econômicos e políticos diversos. Sugere-se que, a partir daí, os aspectos organizacionais do cooperativismo surgem para retratar sua entrada numa economia de mercado.

Pode-se inferir, portanto, que no momento em que a doutrina cooperativista desejou o *status* de uma doutrina econômica e social para garantir sua inclusão no mercado, novas configurações surgiram e começaram a fazer parte de um sistema mercadológico, delineando então, a cooperativa como uma instituição empresarial. Daí resultam os problemas da própria evolução da cooperativa, que passa de uma organização com objetivo mutualista para se tornar também complexa organização, iniciando conseqüentemente uma geração dos ‘cooperados-participantes’.

Na evolução do cenário econômico, político, social na organização da sociedade ocidental, muitos teóricos vêm sinalizando a configuração que o capitalismo contemporâneo vem assumindo, acentuando uma tendência destrutiva. Quanto mais aumentam a competitividade e a concorrência entre o micro (organizações) e macro (nações) contextos, maiores são as interferências nas relações humanas, conseqüentemente nas relações de trabalho.

Referem-se aqui as conseqüências que afetaram tanto no aspecto objetivo, quanto no aspecto subjetivo das relações de trabalho. Não é preciso detalhar que, no aspecto objetivo, as configurações vão desde a terceirização até a chamada “empresa enxuta”, entre tantas outras nomenclaturas do mundo empresarial. Mas são os aspectos subjetivos que alcançam a esfera dos valores a qual acarreta maior ônus para o trabalhador, ocorrendo uma dissolução ideológica e com isso o enfraquecimento do ideário que pauta suas ações. Em outras palavras, a sociedade contemporânea vivencia uma convulsão entre valores a serem resguardados e atendimento a uma demanda que reflete as regras do capital.

Este também é o pano de fundo que o movimento social do cooperativismo vem se sustentando: enfrentar os desafios da transnacionalização da economia e da competição global, ao mesmo tempo, esforçando-se para não perder os conteúdos doutrinários que o caracteriza, ou pelo menos, adaptá-los a esta realidade, representado aqui na configuração do ‘cooperado-cooperador’.

Fica para a pesquisadora, ao retomar a reflexão sobre as possibilidades do cooperativismo, a seguinte questão: será realmente que não é possível estar cooperado, conforme afirmou Temp (2004)? Será que esta condição não pode ser outra possibilidade de vivenciar o processo social do cooperativismo?

Acredita-se que as duas possibilidades existem e fazem parte da realidade do cooperativismo contemporâneo. A idéia não é julgar qual das condições é a mais “certa”, porém refletir sobre a existência de mais de uma possibilidade de vivenciar o cooperativismo, ou seja, encarar o ser e estar cooperado, não como uma ficção, mas sim como realidade.

Dessa forma, quanto aos objetivos que o presente trabalho se propôs estudar, pode-se dizer que não foi possível identificar a efetividade da relação do cooperado com sua respectiva cooperativa, contudo, identificaram-se algumas motivações econômicas, sociais e psicológicas que levam uma pessoa a se associar a uma cooperativa, representadas nas figuras do ‘cooperado-participante’ e ‘cooperado-cooperador’.

Considera-se também que reconhecer a Representação Social de cooperativismo para os cooperados foi um objetivo pretensioso, devido a complexidade dessa tarefa, portanto os resultados analisados configuraram-se muito mais como inferências do que como resultados conclusivos.

Desse modo, os estudos no sentido de analisar e explicar o cooperativismo demandam novos olhares. Olhares de diversas áreas da ciência, como a Sociologia, a Psicologia, a Antropologia, a Economia, para que possam dialogar e enriquecer as discussões. É indispensável que se instigue a realização de novas pesquisas para se compreender, de uma maneira mais ampla, a atividade cooperativista, dentro de uma concepção psicossocial adequada à realidade socioeconômico da atualidade.

O presente trabalho não teve a pretensão de alcançar a dimensão que o tema exige, porém acredita ter se aproximado de algumas reflexões pertinentes às principais mudanças

que estão ocorrendo na sociedade contemporânea, em especial, ampliar a atenção dos valores humanos em meio à lógica destrutiva do capital. Esta é a mensagem que a pesquisadora vivenciou ao percorrer a trajetória dessa pesquisa e compartilha com o leitor que se propõe a ler essa obra.

Portanto, escolheu-se a poesia *A cidade em progresso*, de Vinicius de Moraes, que retrata a mensagem sobre a realidade das várias faces que o progresso traz a humanidade, contudo reserva o cuidado para identificar em meio à turbulência do progresso a importância da afetividade humana.

A cidade mudou. Partiu para o futuro
 Entre semoventes abstratos
 Transpondo na manhã o imarcescível muro
 Da manhã na asa dos DC-4s

Comeu colinas, comeu templos, comeu mar
 Fez-se empreiteira de pombais
 De onde se vêm partir e para onde se vêm voltar
 Pombas paraestatais.

Alargou os quadris na gravidez urbana
 Teve desejos de cúmulos
 Viu se povoarem seus latifúndios em Copacabana
 De casa, e logo além, de túmulos.

E sorriu, apesar da arquitetura teuta
 Do bélico Ministério
 Como quem diz: Eu só sou a hermeneuta
 Dos códices do mistério...

E com uma indignação quem sabe prematura
 Fez erigir do chão
 Os ritmos da superestrutura
 De Lúcio, Niemeyer e Leão.

E estendeu ao sol as longas panturrilhas
 De entontecente cor
 Vendo o vento eriçar a epiderme das ilhas
 Filhas do Governador.

Não cresceu? Cresceu muito! Em grandeza e miséria
Em graça e disenteria
Deu franquia especial à doença venérea
E à alta quinquilharia.

Tornou-se grande, sórdida, ó cidade
Do meu amor maior!
Deixa-me amar-te assim, na claridade
Vibrante de calor!

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, S. M. P. *Eles: a cooperativa; um estudo sobre a ideologia da participação*. Curitiba: Projeto, 1982.

BARROS, A. J. P.; LEHFELD, N. A. S. *Projeto de pesquisa: propostas metodológicas*. Petrópolis: Vozes, 1990.

BASTOS, L. R. et al. *Manual para elaboração de projetos e relatórios de pesquisa, teses, dissertações e monografias*. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2003.

BERNARDES, C.; MARCONDES, R. C. *Sociologia aplicada à administração*. São Paulo: Saraiva, 2001.

BLEGER, J. *Temas de psicologia: entrevista e grupos*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

BOCK, A. M. B. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 15-35.

BRASIL. Conselho Federal de Psicologia. *Resolução CFP n. 016 de 20 de dezembro de 2000*. Dispõe sobre a realização de pesquisa em Psicologia com seres humanos. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <<http://www.ensp.fiocruz.br/etica/docs/artigos/Cfp16-00.pdf>>. Acesso em: 8 out. 2006.

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. Resolução n. 196, de 10 de outubro de 1996. Aprova as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 16 out. 1996. Disponível em: <<http://www.conselho.saude.gov.br/resolucoes/1996/Reso196.doc>>. Acesso em: 8 set. 2006.

BRASIL. Presidência da República. Decreto n. 99.570, de 9 de outubro de 1990. Desvincula da Administração Pública Federal o Centro Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (Cebrae), transformando-o em serviço social autônomo. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 10 out. 1990a. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/decreto/D99570.htm>>. Acesso em: 8 set. 2006.

_____. Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990. Dispõe sobre a extinção e dissolução de entidades da administração Pública Federal, e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 13 abr. 1990b. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8029cons.htm>. Acesso em: 8 set. 2006.

_____. Lei n. 8.154, de 28 de dezembro de 1990. Altera a redação do § 3º do art. 8º da Lei n. 8.029, de 12 de abril de 1990 e dá outras providências. *Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil*, Brasília, DF, 31 dez. 1990c. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/LEIS/L8154.htm>>. Acesso em: 8 set. 2006.

CHIZZOTTI, A. *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. São Paulo: Cortez, 2003.

COTRIM, G. *Fundamentos da Filosofia: ser, saber e fazer*. São Paulo: Saraiva, 1997.

DEMO, P. *Pesquisa e informação qualitativa: aportes metodológicos*. Campinas: Papyrus, 2001.

_____. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1995.

FILIPPE Jr., B. *Sociedades cooperativas: como funcionam estas empresas facilitadoras de negócios, de trabalho, de consumo educacional*. Brasília: Sebrae, 1994.

FRIGOTTO, G. Estruturas e sujeitos e os fundamentos da relação trabalho e educação. In: LOMBARDI, J. C.; SAVIANI, D.; SANFELICE, J. L. (Orgs). *Capitalismo, trabalho e educação*. Campinas: Autores Associados, 2005. p. 61-74. (Educação Contemporânea).

GAWLAK, A.; RATZKE, F. A. *Cooperativismo: filosofia de vida para um mundo melhor*. 3. ed. Curitiba: SESCOOP/OCEPAR, 2001.

GIL, A. C. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.

GOMES, R. A análise de dados em pesquisa qualitativa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 67-80.

GONÇALVES, M. G. M. A psicologia como ciência do sujeito e da subjetividade: a historicidade como nação básica. In: BOCK, A. M. B.; GONÇALVES, M. G. M.; FURTADO, O. (Orgs.). *Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002. p. 37-52.

GONZALEZ-REY, F. L. *Pesquisa qualitativa em psicologia: caminhos e desafios*. São Paulo: Pioneira, 2002.

GRUBITS, S.; DARRAULT-HARRIS, I. Método qualitativo: um importante caminho no aprofundamento das investigações. In: GRUBITS, S.; NORIEGA, J. A. V. (Orgs.). *Método qualitativo: epistemologia, complementaridades e campos de aplicação*. São Paulo: Vetor, 2004. p. 105-132.

GUARESCHI, P. A. *Sociologia crítica: alternativas de mudança*. Porto Alegre: Mundo Jovem, 2001.

_____. *Sociologia da prática social*. Petrópolis: Vozes, 1992.

HAGUETTE, T. M. F. *Metodologias qualitativas na Sociologia*. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. (Orgs.). *Minidicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetivo, 2004.

IANNI, O. *Pensamento social no Brasil*. Bauru: EDUSC, 2004.

IDE, R. M. Uma análise das diferentes noções do cooperativismo na perspectiva construcionista. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 70-78, 2005.

IRION, J. E. O. *Cooperativismo e economia social*. São Paulo: STS, 1997.

JODELET, D. Representação social: um domínio em expansão. In: JODELET, D. (Org). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 17-44.

KAUTSKY, K. *As três fontes do marxismo*. São Paulo: Centauro, 2002.

LANE, S. T. M. Usos e abusos do conceito de representação social. In: SPINK, M. J. (Org.). *O conhecimento no cotidiano: as representações sociais na perspectiva da psicologia social*. São Paulo: Brasiliense, 1995. p. 58-72.

_____. Linguagem, pensamento e representações sociais. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). *Psicologia social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 32-39.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1999.

MARTINS, J.; BICUDO, M. A. V. *A pesquisa qualitativa em psicologia: fundamentos e recursos básicos*. São Paulo: Moraes, 1994.

MINAYO, M. C. S. *O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde*. São Paulo: Hucitec; Rio de Janeiro: Abrasco, 1999.

_____. Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social. In: MINAYO, M. C. S. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1994. p. 9-29.

MOSCOVICI, S. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, D. (Org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 45-66.

_____. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. (Psyche).

OLIVEIRA, F. O.; WERBA, G. C. Representações sociais. In: JACQUES, M. G. C. et al. *Psicologia social contemporânea: livro-texto*. 6. ed. Petrópolis: Vozes, 2002. p. 104-117.

OLIVEIRA, N. B. *Cooperativismo: guia prático*. Porto Alegre: Fundação Para o Desenvolvimento de RH, 1979.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS. *Princípios cooperativistas*. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <<http://www.brasilcooperativo.com.br/Cooperativismo/PrincípiosCooperativistas/tabid/335/Default.aspx>>. Acesso em: 8 nov. 2007.

_____. *Associativismo*. Brasília, DF: Departamento de Cooperativismo e Associativismo Rural, 1996.

_____. *Cooperativismo brasileiro: uma história*. Ribeirão Preto: Versão Br Comunicação e Marketing, 2004.

PINHO, D. B. *O pensamento cooperativo e o cooperativismo brasileiro*. São Paulo: CNPq, 1982. (Manual do Cooperativismo, v. 1).

_____. *Economia e cooperativismo*. São Paulo: Saraiva, 1977.

- PIVA, R. A. J. N. *Evolução dos ramos de cooperativas filiadas ao sindicato e organização das cooperativas de Mato Grosso do Sul – OCA/MS*. Campo Grande: UCDB, 2001.
- RICHARDSON, R. J. et al. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. São Paulo: Atlas, 1999.
- RIOS, G. S. L. *O que é cooperativismo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- ROSSETTI-FERREIRA, A.; AMORIM, K. S.; SILVA, A. P. S. Rede de significações: alguns conceitos básicos. In: ROSSETTI-FERREIRA, A. et al. (Orgs.). *Rede de significações e o estudo do desenvolvimento humano*. Porto Alegre: Artmed, 2004. p. 23-34.
- RUIZ, J. A. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. São Paulo: Atlas, 1991.
- SAMPSON, E. E. *Celebrating the other: a dialogic account of human nature*. New York: Harvester Wheatsheaf, 1993.
- SATO, L. “Djunta-mon”: o processo de construção de Organizações Cooperativas. *Psicologia USP*, São Paulo, v. 10, n. 2, p. 219-225, 1999.
- SEMIN, G. R. Protótipos e representações sociais. In: JODELET, D. (Org). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001. p. 205-216.
- SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS NO MATO GROSSO DO SUL. *Quem somos*. Disponível em: <<http://www.ocbms.org.br/somos.php>>. Acesso em: 8 nov. 2007.
- SPINK, M. J. P. O conceito de representação social na abordagem psicossocial. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993.
- TEMP, L. H. *Cooperativismo idéias e tendências*. Florianópolis: SESCOOP, 2004.
- TURATO, E. R. *Tratado da metodologia da pesquisa clínico-qualitativa: construção teórico-epistemológica, discussão comparada e aplicação nas áreas de saúde e humanas*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- YIN, R. K. *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Instrumento de coleta de dados

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMI-ABERTA
--

- 1) Cooperativismo. Fale-me a respeito.
- 2) Conte-me sua história com a cooperativa.
- 3) Como você percebe o relacionamento entre os cooperados?
- 4) Quais são o ônus e o bônus em ser cooperado?

ANEXO B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

UNIVERSIDADE CATÓLICA DOM BOSCO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
CURSO DE MESTRADO

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Sr (a),

Estou realizando uma pesquisa com a finalidade de compreender o comportamento de profissionais cooperados de três ramos de cooperativa, bem como a efetividade da relação do cooperado com a cooperativa. Participarão deste estudo cooperados de Campo Grande/MS, os quais serão analisados por meio das experiências narradas pelos cooperados ao longo de sua trajetória pessoal e profissional. O levantamento das informações será por meio de entrevista gravada que, depois de transcrita, retornará ao entrevistado (a) para verificação dos registros. O registro das informações, o nome e identidade do (a) participante entrevistado (a) serão mantidos em sigilo, sendo garantida a confidencialidade e privacidade às informações coletadas quando da publicação do relatório final da pesquisa. Ao término do estudo, cada participante será informado dos resultados obtidos sobre o assunto abordado, os quais serão utilizados para elaboração de artigo e publicação científica. Sua participação no estudo é voluntária, você pode optar em dele participar ou não. Entretanto sua colaboração é muito importante para que eu possa realizar este trabalho. Ao decidir fazer parte deste estudo, você receberá uma via assinada deste Termo de Consentimento.

Declaro que li e entendi este documento de consentimento, todas as minhas dúvidas foram esclarecidas oralmente e que participo deste estudo voluntariamente.

Voluntário (a):

Nome completo:
Assinatura: Data da entrevista:/...../.....
Local e telefone de contato:

Pesquisadora:

Nome completo: *Renata Christina Santos do Valle*
Assinatura: Data da entrevista:/...../.....
Telefone de contato: (67) 3313-2153 / (67) 9283-2204

Orientadora:

Nome completo: *Profª Drª Sonia Grubits*
Local e telefone de contato: *Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Curso de Mestrado da UCDB, (67) 3312-3605.*

APÊNDICE C – Transcrição das entrevistas

Participante A

Idade: 64 anos
 Sexo: masculino
 Escolaridade: 1º grau completo
 Ramo da cooperativa: produtores rurais

Pesquisadora: — Cooperativismo. Fale-me a respeito.

Participante A: — Não sei dizer sobre... hã... não sei se vou responder certo...

Pesquisadora: — Então conte-me a sua história na cooperativa.

Participante A: — A minha história é... quando eu comecei a plantar, eu comecei a procurar como escoar a minha produção. Eu comecei a vender em particular, eu por mim mesmo e eu não conseguia assim tipo, escoar minha produção. Nisso o pessoal da cooperativa me chamou e entendi mais ou menos o que era, que era ééééé, um ajudando o outro, cooperativa ajudando nós e a cooperativa tinha condição de escoar minha produção e fui junto com eles me associei e fiquei cooperado prá mim ééé escoar minha mercadoria na verdade, é. A minha vantagem é: uma que eles dão apoio pra mim, se eu preciso de dinheiro eles dão, fornecem adubos, venenos esse tipo de coisa, então prá mim que eu estava num, num ágio, hoje também somo quebrado, mas naqueles tempo era bem pior e hoje a cooperativa me ajuda bastante e eu agradeço bastante eles, então o que eu acho da cooperativa é, é, é a força que nós todos unimos prá fazer alguma coisa, prá fazer alguma coisa. E hoje graças a eles eu to conseguindo escoar minhas produções. E aqui até hoje eu tô.

Pesquisadora: — E faz quanto tempo?

Participante A: — Ahhh... faz uns vinte anos.

Pesquisadora: — Quando o sr. decidiu entrar na cooperativa, foi por qual motivo?

Participante A: — É, foi para ajuda para escoar a mercadoria, porque eu sozinho não dava conta de escoar minha mercadoria. Então como juntamos, éééé, a própria cooperativa juntou os produtores e começou a escoar para direto para os consumidores, então onde ajuda nós, eu particularmente eu vendo uma dúzia, vendo duas dúzias, vendo três dúzias e o resto?? E a cooperativa ajudou m... o que mais me importa é que a cooperativa ééé a hora que você precisa eles estão prá te ajudá e eu estou pronto prá ajudá a cooperativa, e eu acho que Cooper.. cooperativa éééé o que que é, é a união de todos, um querendo, um precisando do outro e o outro ajudando o outro, um ajudando o outro, este tipo de coisa é o que, eu acho que leva vantagem.

Pesquisadora: — Como o senhor percebe o relacionamento entre os cooperados?

Participante A: — Troca de idéias, troca de idéias, muitas vezes, por exemplo eu, se eu vou precisar de um produto as vezes tem um cooperado que tem e aí a gente faz uma troquinha, é, troca de idéias, troca de mercadorias, ó eu tenho isso aqui vamo trocar por essa... este tipo de coisa a gente faz entre os cooperados, apesar que a gente tem os outros amigos... mas a melhor coisa da cooperativa é união.

Pesquisadora: — Quais são o ônus e o bônus em ser cooperado?

Participante A: — O relacionamento entre os cooperados é bem melhor, porque através da cooperativa nós se conhecemos, então aqui é difícil, aqui é todo mundo um pra cada um e assim vai indo, mas dentro da cooperativa dos cooperados é, tem os cooperados que a gente não, através da cooperativa acaba nos conhecendo um ao outro que ajuda bastante também.

Pesquisadora: — Nesses vinte anos o senhor conheceu mais cooperados... Nem todo mundo aqui é da cooperativa?

Participante A: — Não, boa parte, boa parte.

Participante B

Idade: 57 anos

Sexo: masculino

Escolaridade: 3º grau (agrônomo)

Ramo da cooperativa: produtores rurais

Pesquisadora: — Cooperativismo. Fale-me a respeito.

Participante B: — Eu acho que a cooperativa deveria ser uma empresa onde todos cooperados fossem donos, né, todos cooperados incluíssem na direção da cooperativa, aí teria que defender o interesse de todos eles, por igual, uma coisa democrática, deveria ser assim, né, as pessoas no convívio onde se cria um objetivo, uma coisa que sozinho seria mais difícil, né aí juntando seria mais fácil, por exemplo pra comercializar os produtos, coisas desse tipo né, comprar insumo mais barato, seria basicamente isso que deveria ser uma cooperativa.

Pesquisadora: — Então o que o Sr. entende por cooperativismo é uma instituição que deveria agir dessa forma como o Sr. falou, em prol de todos...

Participante B: — É.. por igual, mas só que na realidade sempre aparece uma panelinha, não há uma alternância na direção, tem um grupo que entra na direção e permanece por ali, né.

Pesquisadora: — Por que o Sr. acha que isso acontece?

Participante B: — Isso acontece porque, já é da personalidade do brasileiro, do povo né, sempre vai querer levar vantagem sobre o outro, sempre tem, a Lei de Gerson, o princípio da lei de Gerson, por isso que tem esse grupo que sempre domina, geralmente tem um grupo que procura dominar, na maioria das vezes consegue dominar, em todas as cooperativas aconteceu isso daí. Tem cooperativa que virou uma empresa, a C... virou uma empresa...

Pesquisadora: — Conte-me a sua história com a cooperativa.

Participante B: — Quando decidi trabalhar com horta propriamente, eu tinha que ter uma base, um norte, aí a única coisa que tinha era a Cooperativa. Isso foi em 90, 91. Na época a gente só comprava insumos na Cooperativa, só lá que vendia insumos, esse insumo que a gente usa mais específico, eu comprava tudo lá e era bem mais caro em relação a C... que é uma cooperativa que veio depois pra cá e fez abaixar o preço. A grande maioria dos associados, dos cooperados da Cooperativa que trabalham, que plantam efetivamente, são sócios da C... São sócios das duas. A Cooperativa ainda tem certos produtos que na C... que não tem, você tem que comprar na Cooperativa. A Cooperativa, por exemplo tem uma representação de sementes da T... que é a maior empresa de semente do país, então ela leva

vantagem sobre a C... E a C... é uma cooperativa grande, ela vende mais é pra cana, ela compra um adubo que o pessoal usa em cana, ela compra muito mais barato, então a gente compra lá muito mais barato, adubo, inseticida entendeu, no começo chegava a 40% de diferença se por na ponta do lápis.

Pesquisadora: — Então lá em 90, 91 o Sr. resolveu entrar para cooperativa...

Participante B: — Pra um apoio, um ponto de apoio, ter uma referência, né. Lá no CEASA, que é onde a gente comercializa, naquele pavilhão que a gente conversou, no pavilhão da cooperativa é da cooperativa, é ela que cobra, caro por sinal, pela pedra.

Pesquisadora: — Como você vê a relação entre os cooperados?

Participante B: — Ali reúne poucos e esses poucos são os que dominam a cooperativa, quer dizer, tudo que eles falam é feito e pronto é tudo aprovado, então não faz diferença reunir todo mundo.

Pesquisadora: — O Sr. vai às reuniões?

Participante B: — Ultimamente nem vou.

Pesquisadora: — Mas o Sr. já foi? Já fui, só perder tempo, aí fico em casa, descansando.

Participante B: — Eles acabam tudo que eles querem aprovando, uma conta, essas coisas, é tudo aprovado, não muda nada.

Pesquisadora: — Pra decidir o que fazer com o lucro da cooperativa, não precisa da votação dos cooperados?

Participante B: — Ela nunca tem lucro, quando tem um lucruzinho é bem pequinininho, inexpressível, ou então tem um prejuízo também bem pequinininho, inexpressível. Então é sempre do mesmo jeito, não muda, a gente já sabe o que vai acontecer lá. Não tem surpresa nenhuma, não tem novidade.

Pesquisadora: — Qual o ônus e bônus de ser cooperado?

Participante B: — Por exemplo, no pagamento da pedra tem uma certa vantagem, tem um descontozinho, de resto, não tem vantagem nenhuma, a gente já é cooperado, o dinheiro que a gente pagou pra ser cooperado, não recebe de volta, então deixa aí, vai... vai tocando.

Pesquisadora: — Então o único bônus é o desconto na pedra do pavilhão?

Participante B: — Isso.

Pesquisadora: — E ônus?

Participante B: — Nenhum. Agora poderia ser melhor né, poderia, por exemplo ser mais ativa, na comercialização do produto, ela tem esse mercado do produtor que eles comercializam lá, comercializa de quem eles querem, por exemplo você plantar contando com ela (cooperativa), você nem planta...

Pesquisadora: — O mercado não tem condições de escoar o produto de todo mundo?

Participante B: — Não, não, não tem. Ela poderia por exemplo, tentar conseguir uma forma de colocar os produtos nosso numa rede grande, igual o COMPER por exemplo, mas eles não fazem isso, quem coloca são os atravessadores...

Pesquisadora: — Porque o Sr. acha que isso não acontece?

Participante B: — Uma coisa que eu acho que é a causa principal é a...competência, né, não é

tão fácil não, tem que ter estrutura, tem que competir, com os que já dominam essa, esse segmento da comercialização tem que ter uma pessoa bastante competente para fazer esse serviço, até hoje não acharam, não procuraram.

Participante C

Idade: 87 anos

Sexo: masculino

Escolaridade: 3º grau (dentista)

Ramo da cooperativa: saúde

Pesquisadora: — Cooperativismo. Fale-me a respeito.

Participante C: — É..., no meu ponto de vista é uma reunião de elementos que voluntariamente, para a causa do bem comum, isso é o meu ponto de vista... que se reúnem voluntariamente é..., para desempenhar uma função na área da saúde ou em outras áreas, para o bem comum, para a sociedade.

Pesquisadora: — Conte-me a sua história com a cooperativa.

Participante C: — Eu participei da Cooperativa, da fundação da Cooperativa em 74, né, então cheguei a exercer cargos na Cooperativa, mas não a presidência, é... sempre estive ligado a ela. Momentaneamente eu faço parte do conselho fiscal, já pela segunda vez, e apesar da gente sempre dizer agora não vou trabalhar mais, mas sempre a gente ta participando i também participo porque gosto, mas não gosto de estar assim na cabeça, gosto de estar por baixo, assessorando, nos bastidores, nada de aparecer.

Pesquisadora: — O que o motivou a fazer parte da cooperativa?

Participante C: — Na ocasião, nós tínhamos um grupo de colegas assim bastante unidos e que é... eles estavam na direção da nossa associação, antigamente era ACCD - Associação Campograndense de Cirurgiões Dentistas né, i esse contato com a Associação nos levou a fundar a Cooperativa, baseado em experiências ocorridas em Santos/São Paulo né, então o colega presidente na época dr. L. esteve lá, trouxe as normas para a fundação da cooperativa e a gente fundou e estamos aí na luta até hoje, então eu sou sócio fundador da Cooperativa.

Pesquisadora: — Como o Sr. percebe o relacionamento entre os cooperados?

Participante C: — Normalmente a gente se encontra nas reuniões na cooperativa e marcam as assembleias, mas o cooperado é um pouco disperso, normalmente ele só comparece quando é intimado, espontaneamente é um grupinho, são sempre os mesmos, então a diretoria as vezes encontra dificuldade em arrumar elementos para participar da direção, a maioria não quer participar, não querem se envolver, mas é lamentável porque sobrecarrega os colegas, outros ficam só esperando os resultados, mas trabalhar, poucos querem.

Pesquisadora: — Tem novas adesões de cooperados?

Participante C: — O número de adesões de participantes do momento gira em torno de 130 cirurgiões dentistas né e aqui em Campo Grande é um nº muito grande, é lamentável que a maioria não participe conosco da cooperativa, porque a nossa cooperativa poderia ser tão grande quanto a U... se os colegas participassem, então o nº é muito pequeno para o universo dos profissionais na capital, na capital há mais de mil profissionais, então é o inverso da U...

né, na U... a grande maioria participa e poucos não; é uma pena que os colegas não entendem esse... não entendem o cooperativismo, é uma pena.

Pesquisadora: — Dos 130 cooperados quantos participam efetivamente da cooperativa?

Participante C: — Nas assembleias participam 30, 40 quando muito 50, na última assembleia não chegou a isso, infelizmente. Depois vêm as reclamações...

Pesquisadora: — Quais são o ônus e o bônus em ser cooperado?

Participante C: — Eu vou dizer uma coisa, que é... olha... como ônus o quê que ele tem... o ônus é precisa ter paciência, pois o trabalho é de formiguinha, não é do dia pra noite, porque é um trabalho muito difícil, precisa gostar. Então o que tem de bônus... seria essa virtude de trabalhar em grupo e participar da cooperativa.

Participante D

Idade: 36 anos

Sexo: masculino

Escolaridade: 3º grau (dentista, mestrando)

Ramo da cooperativa: saúde

Pesquisadora: — Cooperativismo. Fale-me a respeito.

Participante D: — É um agrupamento de pessoas, com o mesmo fim... com o mesmo objetivo... mas que na prática nem sempre funciona assim... Acabam pagando meio desconfiados né...é...tem dividido igualmente né, os pacientes né, os lucros que forem né... que os critérios sejam pra todo mundo o mesmo. Eu via muito isso no Rio de Janeiro, no Rio de Janeiro tinha os serviços nos hospitais, odontológicos, tipo cooperativa, o serviço do bucomaxilo do Miguel Couto, uma cooperativa se formava e eles trocavam serviços e o lucro era dividido entre eles, tinham critérios.

Pesquisadora: — Você participou de alguma cooperativa lá?

Participante D: — Não, não.

Pesquisadora: — Conte-me a sua história com a cooperativa.

Participante D: — Eu entrei na cooperativa pelo seguinte, eu não sou da cidade, né. Cidade pequena, todo mundo conhece todo mundo, indicação, então eu tinha necessidade de abrir uma porta pras pessoas me indicarem e com esses, com essa lei que.. que o governo agora obriga os planos de saúde terem planos odontológicos, como eu vi em outros lugares, que a U... se associou a Cooperativa eu falei “vai chegar uma hora que ela vai ter que fazer com alguém”, então eu fiz tanto com a U..., um plano de saúde que eu é uma cooperativa, eu me associei a um , ou um ou outro, que eu acho que é o que a U... vai acabar optando por fazer, né, e... pra conhecer pessoas, apesar do valor que é bem aquém do que eu cobro particular, mas é uma porta né.

Pesquisadora: — Você está há um ano e meio?

Participante D: — Um ano e meio, dois anos...

Pesquisadora: — E neste período você percebeu que seu objetivo está sendo atendido?

Participante D: — Não, é só frustração minha... tava muito motivado a entrar só que recebi umas três pacientes nos primeiros meses depois não recebi mais... recebi uma agora, né. Ligo pra lá, digo “olha eu tenho uns *folders*, quero mandar pras empresas, uns *folders*”, eu mandei, deixei muitos *folders* lá, eles falaram que são encarregados de entregar. Bem localizada minha clínica, não é feia, tenho qualidade, tenho uma certa... dou aula em três cursos, dou aula em Cuiabá, faço mestrado, pessoal me conhece, se não me mandar eu acho até que são outras coisas entendeu, eu to bem frustrado, estou até pensando em sentar lá, conversar, dizem eles, que mandaram, mas não é possível que tantos *folders* que eu mandei, nenhuma pessoa ligar, a secretária quando atende procura saber... eu acho muito difícil, porque os outros convênios né, que eu tinha, geralmente a pessoa liga, tem retorno, então a Cooperativa vem com uma propaganda, então qual é minha estratégia agora, pegar o endereço das empresas e entregar no RH [Recursos Humanos] das empresas, porque a Cooperativa, sei lá, a impressão que eu tenho é um grupo fechado dentro do grupo. Depois que a gente começa a conversar... É chato... não era o que eu achava que era uma cooperativa, foi uma decepção.

Pesquisadora: — Você entraria hoje?

Participante D: — Hoje eu não entraria.

Pesquisadora: — Como funciona?

Participante D: — Você paga pra entrar, eu paguei o que... dois mil e poucos reais ou você paga a vista ou a prazo, e tem uma anuidade, mas como já paguei, investi, o problema não vou deixar de receber esse dinheiro, deixa ver, vou tentar fazer a propaganda nas empresas né.

Pesquisadora: — O papel da cooperativa é te encaminhar?

Participante D: — Não é muito claro né... eu ligo pra lá, eles falam que tem um caderno que os conveniados têm acesso né, mas a gente sabe que não é assim né,, geralmente os pacientes que vem de orto é indicado... Agora que eu vou lá conversar com a administradora lá, agora você vai perguntar “Pô! você fez alguma coisa pra entrar dentro desse grupo?” não, não fiz, tem um lado meu falho, que não justifica o fato deles não encaminharem pacientes, mas de repente vamos ver o que vai rolar, agora eu vou conversar pra vê se rola alguma coisa...

Pesquisadora: — Como você vê a relação entre os cooperados?

Participante D: — Me relaciono muito bem, conheço um grande amigo S, acho que é um dos fundadores, ele é sério... a gente da ortodontia é diferente: tem a tabela, só que o conveniado não paga para cooperativa e a cooperativa nos repassa, é meio complicado porque 2 anos, 2 anos e meio de tratamento mensalmente, então o conveniado paga diretamente para nós, um valor diferenciado, bem diferenciado. O valor da Cooperativa aqui é um dos mais baixos do Brasil, Cuiabá é muito forte, cobra muito bem, pagam bem e a Cooperativa de Cuiabá tem uma relação boa com a U...

Pesquisadora: — Qual o ônus e bônus de ser cooperado?

Participante D: — O bônus seria você participar de um grupo e ter todo, rotatividade, indicação de paciente, esses pacientes rodarem dentro deste grupo, como se tem o S... daqui, a U..., todos eles mandam entre si. O bônus seria isso, formar um grupo dentro do grupo né. O ônus... não sei se tem ônus, de repente o ônus é que eu paguei uma mensalidade e por enquanto não tive o retorno, entendeu.

Participante E

Idade: 51 anos

Sexo: feminino

Escolaridade: 3º grau (graduação de professores)

Ramo da cooperativa: crédito

Pesquisadora: — Cooperativismo. Fale-me a respeito.

Participante E: — Ah tá, o cooperativismo na minha concepção é onde as pessoas se é... associam né, algumas pessoas com um objetivo em comum né, prá ta alcançando o que elas... o que o grupo deseja, em produtos e serviços, é uma questão da ajuda mútua da cooperação né, e ainda na nossa é.. na nossa raça né a japonesa, geralmente a gente vive muito isso né, porque as pessoas sempre elas estão preocupadas com o próximo né então tudo que vai fazer vê para ajudar o próximo. O cooperativismo, o associativismo é bem característico da raça oriental né, onde as pessoas estão sempre se preocupando com o próximo é.. se tem algo pra fazer eles se juntam, “que objetivo vamos alcançar?” então quem mais vai estar trabalhando nesse sentido? Então vamos juntar um grupo e vamos fazer, né , então é nesse sentido que, então é a questão da ajuda mútua, da cooperação né, de ta nessa união prá fica todo mundo junto pra alcançar um objetivo e que seja a contento do grupo.

Pesquisadora: — Conte-me a sua história com a cooperativa.

Participante E: — Eu to aqui na Universidade há uns 7 anos, acho que faz uns 5 anos que eu sou associada, porque que eu procurei? Porque também me identifiquei né, com essa questão... e sempre sem saber se é assim uma cooperativa é uma coisa, sempre eu trabalhei nesse sentido como eu trabalhava no outro ministério, então a gente sempre procurava é fazer alguma coisa e procurava saber se o grupo desejava, se era objetivo do grupo, “vamos unir para fazer algo”, então sempre foi uma proposta desde a infância, então eu tinha na veia essa questão do associativismo e cooperativismo e as vezes nem sabia que isso chamava cooperativismo e já praticava isso, já praticava desde pequena em família né então chegando aqui e conhecendo a cooperativa eu também fiquei encantada com esse trabalho da ajuda mútua, da... da questão de estar disseminando essa filosofia de amar o próximo, de ajudar o próximo nesse sentido, aí há 5 anos resolvi me associar e trabalhar em prol é... dessa comunidade né.

Pesquisadora: — Como você vê a relação entre os cooperados?

Participante E: — Olha, a gente faz o possível pra fazer a questão do encontro, porque no Brasil ainda a questão do cooperativismo e o associativismo é uma coisa assim muito incipiente né, você vê em outros países... (interferência externa, pessoa despede-se da entrevistada) é muito pequena essa parcela, porque muitas vezes eu me ponho também como brasileira, a gente fala é... verbaliza muito sobre cooperativismo, associativismo mais na hora da ação, nossa atitude ainda ta arraigada essa questão do capitalismo selvagem, do vamos tirar vantagem sabe? Então ainda percebo ainda isso nas pessoas, as pessoas tão no movimento e de repente tem um desvio e mostra realmente que a nossa atitude realmente as vezes ainda está muito aquém ainda da questão do cooperativismo na sua essência, tá.

Pesquisadora: — Você pode dar um exemplo dessa atitude?

Participante E: — Por exemplo quando você vai, são pequenas coisas, mais a gente percebe, é... você vai num evento alguma coisa né, as pessoas falam assim : “não, vamos guardar isso prá fulano pra beltrano senão vai vai é”... vamos dizer ou pra família, “minha família ta num evento e eu vou proporcionar só pra minha família”, então é aquela história, “vou só atender a

minha família os outros que se danem”, mais ou menos por aí, e essa questão que eu vejo no crédito é o seguinte, quando as pessoas... lógico que isso questão de as vezes é fácil a gente falar porque você não tá na pele da pessoa, as vezes a pessoa tá com dificuldade financeira, o poder aquisitivo muito baixo, então ela tem algumas atitudes que já houveram, entendeu, porque as pessoas querem passar a perna nelas mesmos, ela esquece que ela é dona da cooperativa né, e no nosso caso crédito, uma instituição financeira, nós temos um banco, então nós podemos, entre aspas, chamar que somos banqueiros também, e as vezes ele esquece e se coloca como usuário, como cliente só, e ele quer lesar, lesar em que sentido? de tirar vantagem sabe? É... de tirar proveito, alguma brecha de algum lançamento que não foi feito, alguma coisa nesse sentido, então existe, não são todos é claro, mas existe essa questão, de não olhar, “eu quero pegar os juros, quero fazer isso, quero fazer aquilo”, mas ele não vê que aquilo é dele, ele tá lesando, se ele alguma ,entre aspas, eu não posso dizer má fé, mas alguma coisa que permeia naquele momento de desespero, de sufoco, ele esquece que ele é dono daquele negócio também, sabe, se ele achar que tá lesando algumas pessoas, ele tá lesando a si próprio né, e a questão de tá dizendo: “ah! o juro é alto, podia esticar o prazo”, mas ele tem que vê que é uma comunidade pequena, então nós támo começando e tudo que é começo é difícil e nós não temos muito, então por exemplo: numa família a questão da comida, “vamos comer parcialmente, não vamos ser gulosos, vamos deixar um pouco, vamos satisfazer o suficiente, tem outras pessoas, vamos deixar pra dividir um pouco com as outras pessoas”, e as vezes as pessoas não tem, ficam muito é... é... vamos dizer egoísta, muito egoísta, é meu, eu sou o primeiro, quero ser primeiro, eu quero ter a fatia do bolo, primeiro bolo, maior pedaço, sabe? nesse sentido... A cooperativa nossa, a gente tá pensando na profissionalização da gestão, por isso estamos fazendo sempre encontros, capacitação, mas a gente tá encontrando muita dificuldade, não sei, as pessoas são inertes, é aquela história “ah deixa na mão de Jesus”, então dentro do cooperativismo também existe isso não é só belo, “ah ajuda mútua, união, cooperação, existe, mas também existe como eu falei, dessa questão da mudança, tirar essa questão do egoísmo, do capitalismo selvagem. A gente verbaliza sobre associativismo, não sei o que, não sei o que, mas na hora da ação nós ainda carregamos uma grande é...é... bagagem a questão do capitalismo, sabe? A gente vê.. de vez em quando o pensamento... “Meu deus, isso não pode ser”, é conflitante, mas as vezes tem isso na gente mesmo...

Pesquisadora: — Qual o ônus e bônus de ser cooperado?

Participante E: — Olha eu acho que quando a pessoa tem um bom entendimento, eu acho que esse é o equilíbrio entre o ônus e bônus, porque qualquer coisa que você vai fazer exige sacrifício, uma parcela de sacrifício né, eu me... me reporto e coloco é.. no meio, na pele das pessoas, de 45 servidores que começaram a cooperativa, foi difícil, é... muita gente não acreditava, só as 45 acreditavam, não tinha estrutura, muitas pessoas que hoje estão, tiraram seu dinheiro do bolso pra fazer é... alguma coisa, “não vou tirar, porque nós támo começando agora uma associação, como é que eu vou tirar...” então muita gente ficou assim, entre aspas, se for olhar financeiramente ou até emocionalmente até na presença na família foi usurpada, a família as vezes perdeu alguns momentos bons de um pai, de uma mãe, porque ele tava ali tentando construir essa cooperativa, essa questão da associação né, então foi isso, e algumas pessoas não entendem isso né, então aquelas que se aproveitam, “não, não vou fazer isso porque isso tá me dando prejuízo”, mas acho que todo começo tem isso né, quando a gente vai começar algum negócio, começar alguma coisa, tem uma parcela... a gente tem que sacrificar, isso seria talvez um ônus, o bônus tá vindo agora, porque o negócio cresceu, 19 anos, tá todo mundo olhando, vendo que a coisa foi pra frente, por quê? Porque teve as pessoas que acreditaram, pessoas que se doaram, né nesse sentido.

Pesquisadora: — Então...

Participante E: — O ônus seria o sacrifício, tanto familiar, a pessoa deixou de estar presente, e a questão financeira também as vezes, algumas despesas que teve que... qualquer coisa tem uma despesa, e as vezes a pessoa nem cobrou, deixou... “não, é pra associação, é pro futuro meu, dos meus filhos, dos meus amigos, as vezes ele não pensou nem mesmo na família, ele pensou na comunidade como um todo né, então isso foi o ônus, o bônus é que ta colhendo agora, talvez não diretamente, mas só de dizer assim “puxa eu fui construtor, agora esse prédio ta bonito, todo mundo admirando” né, nesse sentido né.

Participante F

Idade: 39 anos

Sexo: masculino

Escolaridade: 3º grau (administrador)

Ramo da cooperativa: crédito

Pesquisadora: — Cooperativismo. Fale-me a respeito.

Participante F: — Associação de pessoas com um... interesse em comum, que se unem né, pra tirar melhor proveito disso, que pode ser, no nosso caso, o crédito. No meu ver é assim, pra facilitar esse acesso a essa... esse elo entre o serviço crédito né e o... o associado, pra facilitar esse meio termo, tirando beneficio pra gente, lógico, dividindo entre todos ali e não fica centralizado esse resultado com 1, 2, 3 ali. A gente sempre faz a divisão de sobras no final do ano... a cooperativa não objetiva lucro né, a idéia dela é sempre zerar, não ter lucro e não ter despesa, não ter não ter prejuízo, mas são 19 anos e nunca teve uma zerada e nem despesa na nossa cooperativa, graças a deus, são 19 anos dando resultado.

Pesquisadora: — Conte-me a sua história com a cooperativa.

Participante F: — Quando eu tive conhecimento da cooperativa, eles estavam montando, não sei se você ficou sabendo do histórico da nossa cooperativa, estavam montando ela e fizeram tipo uma caixinha, caixinha de ajuda mútua, 40 funcionários se juntaram e montaram essa caixinha, aí virou tipo uma cooperativa, chamava CREDI, CREDI UFMS, só dos servidores da Universidade Federal, aí depois disso a coisa se expandiu, foi indo, foi divulgando, o pessoal começou a conversar né, “olha a gente tem uma cooperativa, a gente consegue empréstimo”, todo mundo tinha uma mensalidade e dessa mensalidade começou a crescer o volume de dinheiro, o pessoal, os associados ali começaram a usufruir desse dinheiro a juros mais barato né, a quase sem juros né, no caso né porque não tinha manutenção nenhuma daquele dinheiro né, não tinha o que fazer com aquele dinheiro, eles favoreciam o pessoal da caixinha, funcionava que nem uma caixinha mesmo e daí o volume foi aumentando de pessoas, originalmente 40 hoje né são 2700 se não me engano, foi crescendo, criando volume, foi dali... depois... quando eu entrei, minha matricula é 320, 322, foi em 92, 93 acho que tinha 4 ou 5 anos de cooperativa quando eu fui entrar. O pessoal que trabalhava comigo falou “oh porque você não entra na cooperativa? vamo entrar lá”, foi justamente na época que a gente acabou, passou, mudou nosso regime de trabalho, era CLT [Consolidação das Leis do Trabalho] foi pra estatutário, de estatutário pra CLT, alguma coisa assim, perdemos todo fundo de garantia, e a gente tem uma conta capital lá que funciona como fundo de garantia, a gente não tem mias o fundo de garantia mas a gente ta fazendo nosso fundo de garantia agora, desconta isso mês a mês, é uma mensalidade que a você paga pra cooperativa e vai pra sua conta capital, conforme sua participação, conforme seu capital, aí eu falei “ah, legal né, vamo

vê”. Aí o primeiro chamariz que teve lá era cesta básica, não tinha nossa agência ainda, todo mundo tinha conta na Caixa Econômica, aí depois veio Bamerindus na época, depois o Real, os 3 bancos que tinha aqui dentro. Eu recebia pela Caixa Econômica normal e fazia parte da cooperativa por causa da cesta básica, juntavam alguns associados que queriam, tinham interesse, faziam o pedido da compra, e nesse pedido compravam um caminhão de comida lá levava lá pro nosso galpão, dividia e todo mundo só pagava o atacado, o custo era mais baixo e de lá foi atraindo muita gente, foi... tanto é que o negócio cresceu demais, no começo a gente pegava, fazia, pedia cesta básica, ia 5 6 pessoas lá separavam pra todo mundo né, aí cada um ia lá pegava sua caixinha e ia embora, agora funciona que nem um supermercado, você chega lá, pede a lista lá, aí você entra, pega o que você pediu, passa no caixa e vai embora aí desconta, tem 50 dias pra você pagar.

Pesquisadora: — A cooperativa, primeiro teve a caixinha né que eles fizeram lá, e depois o primeiro passo dela foi a cesta básica que virou referência pra um monte de cooperativa, muita gente veio ver como é que funcionava, como é que era, achou legal e levaram, Maranhão que levou, teve outras cooperativas do Paraná, levaram o modelo que a gente aplicou e levaram, ficou legal.

Participante F: — Você chegou ir na Unidade aqui em baixo?

Pesquisadora: — Não.

Participante F: — Ela já é a maior unidade, tem o Banco de Brasil que tem um *cash* lá, tem o Real, o HSBC, e a Caixa Econômica, e a nossa já é a maior de todas, o maior número de associados, cresceu legal.

Pesquisadora: — Então o que o motivou a entrar foi...

Participante F: — Olha, o pessoal que tava dentro né, era tudo amigo de ir na casa do outro, de jogar bola juntos, aí o pessoal tava entrando, sabe aquela coisa assim, aquela onda, é moda entrar na cooperativa. quando entrei aqui na Universidade, eu tinha 14 anos, vai fazer 25 anos que eu trabalho aqui, a gente era mirim, aí tinha pagamento, chegava um com óculos escuros, no outro dia tava todo mundo de óculos escuros, e era mais ou menos isso aí que tava, e acho que passou né ... “pô, o pessoal ta entrando na cooperativa, que será que é?” aí tinha uns que tipo “ ah, o pessoal que pega o seu dinheiro, se ficarem aí eles vão roubar, vão fazer isso vão fazer aquilo”; aí eu falei “ah, vamo ver, eu acho que vai dar certo, o pessoal que tava na direção é um pessoal sério, tinha o professor Sr. Y, professor que tenho certeza ser uma pessoa séria, S. também que é um dos fundadores, o R... também e eu falei “ah, esse pessoal é sério, são responsáveis, eles não vão fazer isso” e aí eu achei que devia entrar. Eu vi o pessoal entrando, falando que tinha resultado, primeiro foi isso, acho que foi a grande sacada deles, foi isso aí, pegaram pessoas com crédito... tinha uma associação nossa que quase faliu, quase que teve que vender para poder pagar as contas, pelo interesses é... o cara administrando pelo interesse próprio, não deu certo, não tava muito voltado pro social, tava mais pro particular aí começou... quase que afundou... aí o pessoal comentava “isso daí vai ser que nem a associação, começa agora depois...” mas foi totalmente diferente... A associação agora ta bem, graças a deus, tiraram o que tava fazendo mal.

Pesquisadora: — Como você vê a relação entre os cooperados?

Participante F: — Olha eu... assim ... eu sou membro do conselho fiscal da cooperativa, então é eu e mais 5 associados, eleitos tal, tem mandato de 1 ano. A gente tem todo mês uma reunião para avaliar os números, ver a quantas andam, as taxas, ver como é que ta a inadimplência, ver como que ta os pagamentos, como que ta a formalística de contrato, a gente participa... Temos uma unidade ali no centro na 13 com a João Pedro de Souza que é a

unidade 2, temos a unidade 3 que é lá em Três Lagoas. Semana passada, segunda feira, foram 5 conselheiros lá em Três Lagoas, eu e mais 4, a gente foi, vistoria tudo, contrato de empréstimo, conferência de caixa, é uma empresa, no caso, eu estou funcionário dela, trabalho aqui e presto serviço lá dentro como conselheiro fiscal, faço conferência de caixa, formalística de contrato para ver se estão favorecendo alguém ou desfavorecendo alguém, porque tem que ser direitos iguais pra todo mundo, essa é a jogada da cooperativa pra poder dar certo, teve muitas que quebraram aí porque desviavam pra interesse próprio, aí um só tirando resultado não dá aí os outros começam a ficar... essa comissão que eu participo verifica isso, mas no geral o associado participa da AGO, o que é AGO, Assembléia Geral Ordinária, todo ano tem, é que tudo é resolvido nessa Assembléia, geralmente é feita aqui no LAC, no laboratório, no auditório do LAC, é feito, é decidido a diretoria, as novas pessoas, as pessoas que entram as pessoas que saem, tudo isso já são pré-estabelecidos, já são feito análises, CPF [Cadastro de Pessoa Física], tudo, tudinho, não pode entrar qualquer um. Daí o presidente convoca todo mundo, aí vai um associado que não é da diretoria pra comandar as votações, aprovam ou não aprovam, é feito pré-assembléias, são 18 comitês dentro da cooperativa, tem o comitê do HU, que eu era o coordenador não sou mais, tem um comitê de cada setor, dentro do exército tem um, no INSS [Instituto Nacional do Seguro Social] tem outro, são 18, as pré-assembléias são feitas né, pra explicar o que vai acontecer, “olha na GO vai acontecer isso, isso, isso, vocês estão de acordo?”. Mas aí o pessoal pergunta né: “mas o quê que é que vai ser feito disso?” Aí vem a direção da cooperativa passa fazendo a assembléia, explica tudinho, da onde que saiu tal dinheiro, porque que vai entrar fulano, assim a roupa suja lava ali, vai tudo a roupa limpa pra lá, ou aceita a roupa limpa ou não aceita, é feita uma pré-assembléia em cada setor, explicando detalhadamente tudo que é feito, e lá só aprovam ou não aprovam, faz isso, não faz isso, volta isso, volta aquilo. Por exemplo: as sobras, no ano passado teve 600 mil, quase 600 mil de sobra, já passando pro cooperado a perda de inflação, não fazia isso, aí decidiu-se fazer isso aí porque o capital fica parado, e é capitalizado né, não tem o mesmo juro da inflação, não acompanha a inflação, aí fico decidido “vamos pegar a sobra e vamos cobrir o que a inflação está tomando aí o que sobrar a gente vai reembolsar o associado ou vai capitalizar o dele, todo ano, nos 17 primeiros anos foi capitalizado, quê que vai acontecer, a cooperativa vai crescendo, no caso esse ano agora foram 600 mil reais que sobrou, pagou tudo, fez tudo que tinha que fazer, todos os encargos, sobrou 600 mil reais, 592 se não me engano. Que que vai ser feito com esse dinheiro? Ah, vai dividir. Como que vai dividir? Dividi conforme sua movimentação dentro da cooperativa, no caso, cesta básica, cartão de crédito, empréstimo, aplicação, receber pagamento pela cooperativa, isso vai contando pontos, com todo esse currículo eu vou receber mais do que quem só uma conta lá e não faz nada, esse aí vai receber pela capitalização que ele fez mensalmente, tem várias formas pra fazer essa divisão. E todo ano, vai pra sua conta capital, na conta capital você não mexe né, ela fica lá guardadinha lá... só entra pra dar suporte pra cooperativa trabalhar, é que nem FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço] né que a Caixa usa pra fazer financiamento essas coisas, o nosso é a conta capital, trabalha em torno daquilo ali...

Pesquisadora: — Qual o ônus e bônus de ser cooperado?

Participante F: — Ônus... o ônus que tem é a mensalidade que você vai pagar, eu tenho que vê, ônus normal de uma, uma operação financeira que todo mundo paga juros, paga serviços, paga todas as taxas né, isso seria o ônus, porém reduzida né, tem pesquisas que provam isso aí né, a taxa efetiva que eles falam, é efetiva mesmo, não tem mais nada, você paga acho que 10 reais por operação, mas isso já ta dentro da taxa, se falar que é 2,5% é 2,5%, pode ficar tranquilo, não tem mais nada embutido. O que mais a gente pode encarar como ônus? É acho que é o constante... é... eu falo pra minha esposa assim “eu sou banqueiro, eu tenho um

banco” eu acho que tenho que ficar cuidando, tenho que dar uma olhada, ainda mais agora como conselheiro, é muita responsabilidade, você tem que cuidar, ta certo que eu quero que de certo, não posso jogar contra, que nem a gente vê de vez em quando os próprios e associados jogando contra, vai lá dentro fala mal e... é seu negócio, é seu negócio e não vai ser assim que você vai melhorar, você chegando e falando mal, falando nos corredores que não funciona, que isso que aquilo, denegrindo, não leva a nada, acho que o ônus fica muito mais oneroso. Tá e de bônus? De bônus tem o retorno financeiro, você cria um ciclo de amizades, antes mesmo de fazer parte da... como conselheiro você tem um acesso, hoje em dia você entra num banco, ninguém te atende, é máquina pra tudo qualquer lado, a cooperativa sempre prezou pelo contato. Dentro da caixa Econômica você entre tem uma bateria de caixas eletrônicos, no HSBC te outra bateria, pra você passar a porta ali é complicado, a pessoa tem que falar o que você vai querer ou... só entre se você for.. tiver que entrar mesmo se não você não entra, na cooperativa é diferente, você entra tem um pessoal que te atende e é onde procura resolver os problemas de cada um, cada um tem seus problemas, cada um de suas dificuldades, cada um resolve de um jeito, até eu comentei lá esse pessoal do atendimento é um pouco psicólogo, tem que ter formação social pra poder atender, porque não é fácil, deus o livre! Você tem que aprender a mexer, a conversar, tem gente que reclama que não foi bem atendido, tem muitos que querem ir lá só pra conversar, pra falar de seus problemas, tem gente que encara isso tem que, tem que... são 2.700 associados que eu te falei né? Cada um tem uma necessidade diferente, e todo mundo vai naquela mesma mesa, na mesma fila, não tem, a igualdade sempre, graças a deus prevalece, por enquanto, então um bônus pode ser essa... como que se pode dizer? A informalidade, o contato pessoal que tem, é totalmente diferente.

Pesquisadora: — Como você disse, porque alguns cooperados jogam contra?

Participante F: — A cooperativa ajuda no que pode, só que não faz milagres. Lembra que eu falei que não pode favorecer alguns, prejudicar outros. Tem gente que faz... não só na cooperativa, mas em todo lugar, vai virando uma bola de neve, vai fazendo conta, vai fazendo conta, chega uma hora que ele chega lá e quer que a cooperativa paga pra ele, e a idéia da cooperativa não é de dar um limite de 10 mil reais, “ah eu vou pro banco do Brasil, que lá eu tenho um limite de 10 mil reais”, meu limite na cooperativa é quinhentão, a intenção é essa, é você fazer o uso racional do crédito, e o pessoal quer, quanto mais crédito e não é por aí, não quero ver você enforcado, não quero ver seu nome no SPC, pelo amor de deus, a idéia é essa da cooperativa, e o pessoal vai fazendo, vai negociando no banco e tem uma hora que não dá. No banco normal, você vai fazendo conta, que de repente você não tem como sair de lá você deve tanto lá que não tem como sair de lá, fica amarrado, fica atrelado naquela instituição e você não tem como sair, e aí o pessoal não entende, assim a falta de informação, alguma coisa assim, nível cultural tem de tudo dentro da cooperativa, tem doutor a semi-analfabeto, pode dizer assim, tem de tudo, tem pessoas com 20, 30 anos de Universidade e aí de repente pra você colocar certas idéias na cabeça fica meio difícil né. Os que jogam contra, geralmente, são os que estão mais endividados, 90%. A doutrina da cooperativa é um pouco do bônus, porque te ensina a gastar.


AUTORIZANDO A REALIZAÇÃO DA PESQUISA

Missão Salesiana de Mato Grosso
Universidade Católica Dom Bosco
Instituição Salesiana de Educação Superior

DECLARAÇÃO

Declaramos, para fins de direito, que o projeto “Estudo Sobre a Representação Social de Cooperativismo em Cooperativas do Município de Campo Grande/MS” protocolo sob o nº. 072/2006, de responsabilidade de Renata Christina Santos do Valle orientada pela Professora Dr. Sonia Grubits, após análise do Comitê de Ética em Pesquisa, da Universidade Católica Dom Bosco CEP/UCDB e encaminhamento para a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa/CONEP, foi considerado aprovado sem restrições.

Campo Grande, 23 de Maio de 2007.


Adir Casaro Nascimento
Presidente do CEP, em exercício